

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Dezembro 2024

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
DEZEMBRO 2024
v.3 n.5



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura bimestral escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região nos últimos dois meses.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professora coordenadora da LEAP

Victória Monteiro da Silva Santos

Professor supervisor da LEAP

Marcello Cappucci Frisoni

Presidentes da LEAP

Gabriel Porto Póvoas

Marina Conde Galvão Zenha

Diretoras da LEAP

Beatriz Nardy de Queiroz

Luiza Simões Bethlem Monteiro

Sofia Mendes Magalhães

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Dezembro /2024. Rio de Janeiro.

PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico

67p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
DEZEMBRO 2024
v.3 n.5

1

A REDUÇÃO DAS TENSÕES SINO-INDIANAS E A XVI CÚPULA DO BRICS

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

2

COP29 E A ÁSIA-PACÍFICO: DESAFIOS CLIMÁTICOS, GEOPOLÍTICA E O FUTURO DA REGIÃO

Mariana Azevedo Soares Quintanilha
Sofia Mendes Magalhães

3

CULTIVO DE ÓPIO NO AFGANISTÃO: DINÂMICAS DE PROIBICIONISMO SOB O TALIBÃ

Eduardo Araújo Mangueira
Raíssa Cristina Caliano da Silva

4

CRISE NA ENFERMAGEM E SAÚDE FRAGMENTADA NA ÍNDIA (2022-2023)

Yasmim Motta Lameira
Beatriz Mendes Baêta de Souza Lima

5

A ESCALADA DAS TENSÕES ENTRE FILIPINAS E CHINA NO MAR DO SUL DA CHINA

Giovana de Andrade Silva Barroso
Julia Aguiar Casani Pereira

6

PAPEL DA CHINA E ÍNDIA NO CONFLITO CIVIL DE MYANMAR: CONSEQUÊNCIAS PARA A ESTABILIDADE REGIONAL NA ÁSIA-PACÍFICO

Carla Oliveira Flores
Maria Gabriela Veloso Camelo

SUMÁRIO

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
DEZEMBRO 2024
v.3 n.5

7

RETROSPECTIVA DO MERCADO DE ARTE CHINÊS EM 2024

Guilherme Uram

Thaís Lopes da Costa Amaral

8

ESPIONAGEM DIGITAL EM TAIWAN E NA COREIA DO SUL: AMEAÇAS À DEMOCRACIAS?

Juno Giordano

Maria Eduarda Linares Mathias

9

ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP: PERSPECTIVAS PARA A ÁSIA-PACÍFICO

Helena Visconti Psomopoulos

Marina Conde Galvão Zenha

10

ACORDOS ASSINADOS BRASIL-CHINA NO ÂMBITO DA VISITA DE XI JINPING AO BRASIL (NOV. 2024 - G20)

Érico Azera Gonçalves da Rocha

Letícia Fernandes de Almeida

1

A REDUÇÃO DAS TENSÕES SINO-INDIANAS E A XVI CÚPULA DO BRICS

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Em outubro deste ano, à margem da XVI Cúpula do BRICS, os líderes da China e da Índia encontraram-se pela primeira vez em cinco anos. O último encontro bilateral havia ocorrido em 2019, durante a Cimeira do G20, em Osaka, no Japão. A reunião entre Xi Jinping e Narendra Modi sinaliza uma possível redução das tensões sino-indianas, que se intensificaram desde 2020, com confrontos na fronteira no Himalaia. Diante desse cenário, este texto propõe-se a examinar as causas dessas tensões e a analisar os recentes avanços na relação entre os dois países.

De acordo com Acharya (2015), as relações entre China e Índia podem ser traçadas desde encontros civilizacionais, de quando o Budismo viajou da Índia para a China, levando consigo uma extensa carga de ideias, textos e valores. Durante os séculos XVI e XVII, seus poderosos e prósperos impérios constituíam um importante fluxo comercial. Com o imperialismo ocidental, vieram experiências compartilhadas de suas respectivas lutas por independência e libertação, marcadas, por exemplo, pela visita de Rabindranath Tagore, um importante poeta indiano, à China em 1924, bem como pelas interações entre a delegação indiana e chinesa no Congresso das Nacionalidades Oprimidas, em Bruxelas, 1927.

A República da Índia destacou-se como um dos primeiros países do mundo a romper relações com Taiwan e a estabelecer laços diplomáticos com a República Popular da China, ainda em 1950. Esse gesto sinalizou uma aproximação significativa entre as duas nações. Em 1954, essa relação foi fortalecida com visitas bilaterais de alto nível: Jawaharlal Nehru, então primeiro-ministro indiano, visitou a China, enquanto Zhou Enlai, premiê chinês, esteve na Índia. Durante esses encontros, foi firmado o *Panchsheel*, ou os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, estabelecendo uma base para a cooperação entre os países (Acharya, 2015; Keay, 2011).

As relações entre China e Índia começaram a se deteriorar definitivamente após a Revolta Tibetana de 1959. Este movimento, de caráter anti-chinês e anticomunista, ocorreu devido à percepção de que o governo chinês planejava

prender o 14º Dalai Lama, principal líder espiritual e político do budismo tibetano. A situação agravou-se com o envolvimento indiano, que concedeu asilo ao Dalai Lama, intensificando as tensões entre os dois países. Nesse contexto, confrontos fronteiriços entre tropas indianas e chinesas tornaram-se mais frequentes na disputada região do Himalaia. A guerra eclodiu formalmente em outubro de 1962, quando a China lançou ofensivas contra posições indianas. O conflito foi encerrado em novembro do mesmo ano, após as forças chinesas capturarem duas áreas contestadas: a região de Aksai Chin e territórios ao norte da Linha McMahon (Keay, 2011).

Desde então, os países voltaram a se enfrentar em 1967 e 1987, novamente por questões fronteiriças. Em 1993 foi estabelecida, através de um tratado entre os dois países, a Linha de Controle Real (LAC, do inglês *Line of Actual Control*). Na ausência de um acordo sobre uma fronteira real, a LAC é considerada a fronteira de facto que demarca o território controlado pela Índia do território controlado pela China ao longo da fronteira sino-indiana (Santora, 2024).

Entre maio e junho de 2020, nas margens da Linha de Controle Atual (LAC), no Vale de Galwan, em Ladakh, tropas indianas e chinesas se enfrentaram. O aumento das tensões teve início no começo de maio, quando a imprensa indiana relatou que forças chinesas haviam montado tendas, cavado trincheiras e transportado equipamentos pesados para dentro de uma área considerada pela Índia como parte de seu território. Esse movimento chinês ocorreu em resposta à construção, pela Índia, de uma estrada de centenas de quilômetros destinada a conectar uma base aérea de alta altitude reativada em 2008, intensificando a disputa territorial na região (Natarajan, 2020). Foi reportada a morte de 20 soldados indianos e 4 soldados chineses. De acordo com Verma e Papa (2021), diversas rodadas de negociações militares e diplomáticas não conseguiram reduzir as tensões. Enquanto isso, ambos os lados reforçaram sua presença na região, mobilizando milhares de tropas e aprimorando infraestruturas e capacidades militares.

Figura 1: Os territórios disputados pela Índia e pela China na região do Himalaia

Territórios disputados na região do Himalaia

Tensões entre Índia e China aumentam após a morte de 20 soldados indianos no Vale do Galwan

-- Linha de controle

■ Caxemira adm. pela Índia

■ Caxemira adm. pelo Paquistão

■ Aksai Chin (adm. pela China)

■ Geleira Siachen



Fonte: O Globo, 2020

O confronto no Vale de Galwan intensificou sentimentos anti-China na Índia, consolidando a percepção da China como uma ameaça à segurança nacional. Em resposta, o Governo indiano adotou medidas para reduzir a dependência econômica chinesa, incluindo a exigência de identificação da origem dos produtos, proibição de investimentos chineses em projetos locais e o banimento de mais de 200 aplicativos móveis por razões de segurança (Verma e Papa, 2021).

Foi somente em outubro de 2024 que a Índia e a China fizeram progresso, visando aliviar as tensões existentes. Os dois países acordaram medidas envolvendo um arranjo de patrulhamento ao longo da LAC (Pandey, 2024). Segundo Vikram Misri, secretário de Relações Exteriores da Índia, o acordo ocorreu após semanas de conversas entre diplomatas e negociadores militares indianos e chineses. O acordo não especificava se as tropas adicionais indianas

estacionadas na região de Ladakh seriam retiradas ((Al Jazeera, 2024). Entretanto, com o acordo, espera-se que a resolução dos problemas originados em 2020 seja atingida e, como Subrahmanyam Jaishankar – ministro das Relações Exteriores da Índia – destaca, que seja possível retornar à paz e à tranquilidade (Al Jazeera, 2024). Acordado às vésperas da cúpula do BRICS, o pacto considera, além do retorno das patrulhas ao longo da fronteira, que a Índia e a China retirem suas tropas das posições atuais para evitar novos confrontos. O patrulhamento ocorreria a partir de um cronograma específico, unido a reuniões mensais de revisão e monitoramento das áreas contestadas (Marsi, 2024).

Um dos fatores apontados para um retorno das relações entre China e Índia, no sentido de desescalar as tensões, é a relação comercial entre os países. Caso a Índia queira aumentar o crescimento do seu PIB de 7% ao ano para 8-10%, produtos chineses específicos, como metais e ingredientes farmacêuticos, são necessários, assim como investimentos. Ao mesmo tempo, a Índia tem progressivamente se tornado um destino de investimentos mais atrativos para a China (Bajpal, 2024). Adicionalmente, outros fatores são os desafios militares que esses países enfrentam separadamente: tanto a Índia com o conflito com o Paquistão, quanto a China, com preocupações envolvendo Taiwan, por exemplo (Bajpal, 2024).

O acordo também ocorreu dias antes da cúpula dos BRICS, em Kazan, na Rússia. A cúpula foi marcada pela primeira conversa formal entre Modi e Xi Jinping desde outubro de 2019, sendo prometido que o diálogo entre as duas nações seria retomado (Sebastian; Farooquee, 2024). Os líderes concordaram, também, em retornar à situação que existia antes do confronto, que se iniciou em 2020. Segundo o chefe do Exército indiano, o General Upendra Dwivedi, os dois países tentam restaurar a confiança, que vai acontecer “quando pudermos nos ver e conseguirmos convencer e tranquilizar uns aos outros de que não estamos nos infiltrando em zonas de proteção que foram criadas” (Sebastian; Farooquee, 2024, s.p. Tradução nossa).

Na conversa entre os líderes, o presidente Xi Jinping destacou que é do interesse dos dois países manter relações bilaterais, e que os dois lados devem fortalecer a comunicação e a cooperação. A necessidade de aumentar a confiança mútua entre os dois países também foi destacada, assim como a necessidade de os países assumirem uma responsabilidade internacional

)Ministry of Foreign Affairs, 2024). Na reunião, também foi destacado por Xi) como a China e a Índia são uma oportunidade de desenvolvimento uma da outra. Isto é, parceiros de cooperação e não uma ameaça ou concorrentes. Manter o crescimento constante das suas relações é crítico para os dois países, como Modi destacou, tendo um grande significado para a paz e a estabilidade da região e do mundo (Ministry of Foreign Affairs, 2024). Modi também destacou, após o encontro com Xi Jinping, que as relações bilaterais serão guiadas por uma confiança, respeito e sensibilidade mútua. Assim, os dois lados devem fortalecer a comunicação e a cooperação, além de lidar adequadamente com divergências e diferenças, segundo Xi Jinping (DW, 2024).

No rumo de uma retomada de relações, estima-se que a Índia esteja pronta para retomar voos diretos para a China, que estavam paralisados há quatro anos. Essa expectativa ocorreu após um encontro entre Kinjarapu Rammohan Naidu, Ministro da Aviação Civil da Índia, e Song Zhiyong, Autoridade de Aviação Civil da China (CAAC, sigla em inglês) na Conferência Ministerial da Ásia-Pacífico sobre Aviação Civil. Na ocasião, os dois lados conversaram sobre um fortalecimento adicional de uma cooperação da aviação civil entre os dois países, e esse fortalecimento pode ocorrer a partir da retomada dos voos regulares (Mukherji, 2024). O encontro entre Song Zhiyong e Kinjarapu Rammohan Naidu caminha na direção desse possível degelo das relações, em conjunto com outros encontros entre oficiais e ministros dos dois países. No caminho de fortalecer a comunicação, e de estabilizar e reconstruir as relações bilaterais, os encontros entre esses oficiais e ministros em diversos âmbitos se tornaram de importante consideração.

Em suma, as relações sino-indianas, marcadas por um histórico complexo de aproximações e conflitos, atravessam um momento de possível reconfiguração. O recente encontro entre Xi Jinping e Narendra Modi, juntamente com os avanços no diálogo diplomático e militar, sugere um esforço mútuo para superar as tensões persistentes, especialmente na região da LAC. Essa tentativa de desescalada, sustentada por interesses econômicos e desafios geopolíticos compartilhados, revela o potencial de cooperação estratégica entre as duas maiores potências asiáticas. Contudo, o sucesso dessas iniciativas dependerá da capacidade de ambos os países em cultivar confiança mútua, respeitar diferenças e manter o compromisso com a paz e a estabilidade regional. Nesse contexto, a continuidade do diálogo e a

implementação efetiva dos acordos firmados serão cruciais para transformar rivalidades históricas em oportunidades de colaboração construtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Alka. China. In: MALONE, David M.; MOHAN, C. Raja; RAGHAVAN, Srinath (eds.). **The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy**. Oxford: Oxford Handbooks, 2015.

AL JAZEERA. India says it reached deal with China on army patrols along disputed border. **Al Jazeera**, 21 out. 2024. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2024/10/21/india-says-it-reached-deal-with-china-on-army-patrols-along-disputed-border>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

BAJPAL, Kantl. Why Have China and India Suddenly Come Together?. **Foreign Policy**, 20 nov. 2024. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2024/11/20/china-india-border-detente-trump/>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

DW. India's Modi, China's Xi seek to boost ties at BRICS summit. **DW**, 23 out. 2024. Disponível em <https://www.dw.com/en/indias-modi-chinas-xi-seek-to-boost-ties-at-brics-summit/a-70578555>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

MARSI, Federica. How India and China pulled back from a border war — and why now. **Al Jazeera**, 22 out. 2024. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2024/10/22/how-india-and-china-pulled-back-from-a-border-war-and-why>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. President Xi Jinping Meets with Indian Prime Minister Narendra Modi. **Ministry of Foreign Affairs The People's Republic of China**, 24 out. 2024. Disponível em https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202410/t20241023_11514914.html. Acesso em 26 de novembro de 2024.

MUKHERJI, Biman. Direct India-China flights could take off again after 4-year halt amid thaw in frosty ties. **South China Morning Post**, 16 set. 2024.

Disponível em <https://www.scmp.com/week-asia/economics/article/3278765/india-direct-flights-china-could-take-again-after-4-year-halt-amid-thaw-frosty-ties>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

NATARAJAN, Swaminathan. China e Índia: o que há por trás da escalada de tensão que deixou 20 soldados mortos em choque na fronteira. **BBC News Brasil**, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53073587>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

O GLOBO. 'Confronto violento' entre China e Índia deixa 20 soldados mortos no Himalaia. **O Globo**, 16 jun. 2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/confronto-violento-entre-china-india-deixa-20-soldados-mortos-no-himalaia-1-24481911>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

PANDEY, Vikas. India and China agree to de-escalate border tensions. **BBC News**, 21 out. 2024. Disponível em <https://www.bbc.com/news/articles/ckg0gwyOnlyo>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

SANTORA, Marc. For China and India, a Border Dispute That Never Ended. **The New York Times**, 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/16/world/asia/india-china-border.html>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

SEBASTIAN, Meryl; FAROOQUEE, Neyaz. What led to Modi and Xi meeting and thaw in ties. **BBC News**, 24 out. 2024. Disponível em <https://www.bbc.com/news/articles/c3v1xx9pgxwo>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

VERMA, R.; PAPA, M. BRICS amidst India-China Rivalry. **Global Policy**, v. 12, p. 509-513, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12977>. Acesso em: 26 nov. 2024.

KEAY, John. **India: A History**. New York: Groove Press, 2011.

2

COP 29 E A ÁSIA-PACÍFICO: DESAFIOS CLIMÁTICOS, GEOPOLÍTICA E O FUTURO DA REGIÃO

Mariana Azevedo Soares Quintanilha
Sofia Mendes Magalhães

A 29ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP29), realizada em Bazu, Azerbaijão, entre 11 e 2 de novembro de 2024, destacou-se como um evento importante para a agenda climática global, em especial para a região da Ásia -Pacífico, uma das mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. Apesar da relevância do evento, os resultados geraram reações divergentes, com destaque para críticas das nações insulares do Pacífico. Paralelamente, a mobilização da juventude e os debates sobre saúde e clima trouxeram questões essenciais para o centro das discussões (Shaw, 2024; WHO, 2024; APR, 2024).

O evento destacou de maneira enfática a insatisfação das nações insulares do Pacífico com o ritmo das negociações climáticas globais. Esses países, que enfrentam de maneira desproporcional os efeitos adversos das mudanças climáticas, classificaram como inaceitável a lentidão no avanço de compromissos concretos. Com o aumento constante do nível do mar, a intensificação de desastres naturais e a crescente perda de ecossistemas, os líderes dessas nações alertaram para a iminência de uma crise irreversível, enfatizando que o tempo para agir está se esgotando rapidamente. Entre os exemplos mais alarmantes está Tuvalu, onde o aumento do nível do mar já está provocando a perda progressiva de território, ameaçando diretamente a existência da nação (World Bank Group, 2021). Nas Ilhas Marshall, a situação é igualmente crítica, com comunidades sendo forçadas a encarar a migração como única alternativa para escapar da iminente submersão de suas terras (USAid, 2021).

Dessa forma, esses países destacaram a ausência de comprometimento concreto por parte dos grandes emissores globais, como China, Estados Unidos e União Europeia, no cumprimento das promessas de financiamento voltadas para medidas de mitigação e adaptação nos países mais vulneráveis. Durante a COP29, líderes das nações insulares enfatizaram a necessidade de ações mais contundentes, incluindo a implementação de um fundo significativo e funcional para compensação por perdas e danos, um tema que já havia sido abordado na COP27, mas que ainda enfrenta desafios para sua

efetiva operacionalização (Asia Pacific Report, 2024). Esse apelo expõe a necessidade dos principais emissores globais, responsáveis por uma parcela significativa das emissões históricas, de adotarem uma postura mais ativa, não apenas no sentido de reduzir suas emissões, mas também oferecendo apoio financeiro substancial aos países em desenvolvimento para que possam lidar com os impactos severos das mudanças climáticas.

Diante desse debate, a participação da Geração Z¹ foi destaque, em especial dos jovens da região da Ásia-Pacífico. Jovens de diversos países da região, uniram-se e demonstraram grande mobilização, exigindo ações concretas e compromissos mais ambiciosos por parte das lideranças globais. Uma jovem representante da Índia enfatizou a necessidade de avanços substanciais para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, que já impactam milhões de pessoas na região (Shaw, 2024). Esse movimento juvenil reflete um engajamento crescente em resposta a eventos climáticos extremos, que vêm gerando impactos significativos tanto sociais quanto econômicos, em especial na região asiática. A presença ativa e mobilização desses jovens também expõe ainda mais essa insatisfação com a inércia das lideranças globais e demonstra o potencial transformador das novas gerações como agentes fundamentais nas negociações climáticas.

Durante o evento, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também se posicionou na discussão sobre as mudanças climáticas e seus efeitos na Ásia Pacífico, trazendo um alerta importante sobre seus impactos na saúde pública. A organização destacou a necessidade urgente de financiamento direcionado para fortalecer os sistemas de saúde da região, que enfrentam desafios crescentes relacionados à disseminação de doenças tropicais e à insegurança alimentar (WHO, 2024). Além disso, a OMS enfatizou que políticas públicas que integrem saúde e clima são fundamentais, não apenas para a proteção ambiental, mas também para garantir a segurança e bem-estar das populações. Dentre as propostas apresentadas, destacaram-se os investimentos em energias renováveis e o fortalecimento de infraestruturas resilientes como medidas estratégicas para enfrentar essas adversidades de forma mais eficaz.

¹ A Geração Z, também conhecida como Gen Z ou Zoomers, refere-se à categoria demográfica nascida, em geral, entre os anos de 1997 e 2012 (embora as datas exatas possam variar). Essa geração sucede os Millennials (ou Geração Y) e antecede a Geração Alfa. (Exame, 2024).

A COP 29 reforçou como as dinâmicas climáticas globais estão interligadas aos desafios enfrentados pela Ásia-Pacífico, uma região marcada por uma grande diversidade econômica, social e ambiental, dificultando o alcance de um consenso (Shaw, 2024). Apesar das dificuldades de alinhar interesses tão variados em torno de soluções climáticas eficazes e inclusivas, alguns avanços foram registrados. Contudo, o evento reafirmou a urgência de uma cooperação mais equilibrada e de um maior compromisso por parte das nações com maior capacidade de ação (WHO, 2024). A ausência de resultados concretos em questões essenciais, como financiamento climático e apoio a iniciativas de adaptação, reforçou o sentimento de insatisfação, em especial dos estados que enfrentam impactos mais severos da crise climática (APR, 2024). Esse contexto evidencia a necessidade de construir um futuro que considere as especificidades e demandas de cada país da região, priorizando a implementação de ações práticas e garantindo a inclusão de todas as vozes nos processos decisórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APR. COP29: Pacific climate advocates decry outcome as 'a catastrophic failure'. Asia Pacific Report (APR), 2024. Disponível em: <https://asiapacificreport.nz/2024/11/25/cop29-pacific-climate-advocates-decry-outcome-as-a-catastrophic-failure/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OLIVIERI, Fernando. Geração Z, Millennials e Boomers: em que ano começou cada geração? Exame.com. Disponível em: <https://exame.com/pop/geracao-z-millennials-e-boomers-em-que-ano-comecou-cada-geracao/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SHAW, Sasha. Asia-Pacific Gen-Zers at COP29. The Diplomat, 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/11/asia-pacific-gen-zers-at-cop29/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

USAID. The Republic of the Marshall Islands Climate Change Fact Sheet. Washington, DC: USAID, 2021. Disponível em: <https://www.usaid.gov/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

WHO. At COP29, WHO calls for climate-health actions and funding for Asia Pacific. World Health Organization (WHO), 2024. Disponível em: <https://www.who.int/westernpacific/news/item/16-11-2024-at-cop29--who-calls-for-climate-health-actions-and-funding-for-asia-pacific>. Acesso em: 26 nov. 2024.

WORLD BANK GROUP. Climate Risk Country Profile: Tuvalu. Washington, DC: World Bank, 2021. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: 28 nov. 2024.

3

CULTIVO DE ÓPIO NO AFGANISTÃO: DINÂMICAS DE PROIBICIONISMO SOB O TALIBÃ

Eduardo Araújo Mangueira

Raíssa Cristina Caliano da Silva

O ópio é uma substância derivada da planta papoula *Papaver somniferum*, funcionando como a matéria prima de analgésicos e drogas comercializadas internacionalmente, como a morfina e a heroína. Enquanto detentor de solo fértil para a plantação de papoula, o Afeganistão detinha o monopólio da produção mundial de ópio, com mais de 80% do cultivo mundial em 2022 (Limaye, 2023). A heroína, uma das drogas mais letais comercializadas internacionalmente, é um ilícito veementemente banido pelo Talibã em sua nova administração, iniciada em 2021 após a retirada de tropas estadunidenses do território afegão. De acordo com o *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC, 2023), o cultivo e produção do ópio diminuiu em 95% de 2022 para 2023, de forma que a produção de mais de 6000 toneladas de ópio em mais de 210.000 hectares de terra foi dizimada pelo novo banimento do Talibã no país.

O combate a economias consideradas pelo grupo enquanto ilícitas é uma de suas prioridades. Dessa forma, o Talibã empregou uma série de proibições aos mercados afegãos que fujam das regras tradicionais e extremistas-religiosas do grupo. Em 2021, o Talibã retornou à proibição do comércio ilegal de madeira e, no mesmo ano, instituiu uma unidade militar para prevenção do comércio ilegal em questão, a chamada “Green Unit” (Khoruk, 2024). Em 2022, o Talibã proibiu a exploração de efedra¹ no território, assim como proibiu a produção de ópio no país e a extração ilegal de minérios (Khoruk, 2024). Em seguida, 2023 foi marcado por proibições no cultivo e produção de cannabis e hashish no Afeganistão (Khoruk, 2024). Todos os banimentos foram, no entanto, precedidos por incongruências históricas que moldaram as heterogêneas relações afegãs com a produção da matéria prima da heroína.

Enquanto detentor de terras férteis para papoula e efedra, populações rurais do Afeganistão baseiam sua renda na produção das plantas por gerações, tornando a produção agrícola uma commodity essencial para a vida digna de vilarejos produtores e para a economia do país, considerada uma economia

¹ Planta necessárias para a produção de metanfetamina por meio da efedrina, extraída da efedra (UNODC, 2023)

narcótica (International Crisis Group, 2024). Com uma população que majoritariamente subsiste por meio da agricultura, o clima árido e semi-árido limita as possibilidades de plantio. Estas plantas, porém, são altamente resistentes à aridez, tornando-se uma fonte de renda primordial para o sustento econômico da população. Mesmo com o banimento deste plantio desde 2000, a falta de alternativas estruturalmente viáveis e a existência de uma infraestrutura já estabelecida para o comércio e envio da papoula levam a sua permanência.

Ao mesmo tempo, a produção dos ativos é motivo de preocupação por entidades internacionais de controle e monitoramento transnacional de drogas, como a UNODC e a *International Narcotics Control Group* (INCB). Ambas as instituições juntaram-se em 1961 para criar a “Single Convention on Narcotic Drugs” (1961), com novo protocolo promulgado em 1973, tratado que revolucionou o sistema de controle de cultivo, produção, logística dos ativos narcóticos abordados, como o ópio (Pereira e Vieira, 2022). No entanto, a convenção não possuía meios participativos de decisão e priorizava produtores tradicionais, de forma que o Afeganistão foi excluído de sua formulação, ainda que fosse sabido que o país era detentor de áreas férteis para o ópio. Estabeleceu-se que 80% da oferta de ópio seria provida por “produtores tradicionais”, apenas Turquia e Índia, e que 20% da oferta mundial poderia ser originada de produtores alternativos, como o Afeganistão à época. Visando melhorar sua imagem internacional, o território afegão foi marcado, na segunda metade da década de 1950, por banimentos na produção nacional de ópio: o “Opium Act” de 1956, e o banimento de 1958, localizado na província de Badakhshan; enfraquecendo sua postura enquanto produtor tradicional do ativo (Pereira e Vieira, 2022).

Embora relatos sobre a inserção de papoula na região datem de séculos atrás, o papel do Afeganistão era relativamente baixo até a década de 1960 (Parenti, 2015). A produção maciça de opioides, contudo, foi motivada por um processo simultâneo de banimento nos maiores produtores até então — Irã, Turquia e Paquistão (Coyne, 2016) — e de sua utilização para o financiamento da luta dos *mujahedeen* contra as forças soviéticas pela década de 80 (Parenti, 2015). Após a vitória talibã, estes garantiam as produções locais em troca da lealdade dos *warlords* da região, garantindo assim governabilidade.

No entanto, de 2000 à invasão estadunidense pós-11 de setembro, um governo

efetivamente sob o controle do Talibã conseguiu reduzir esta produção, não só pela proibição mas também utilizando métodos violentos para forçar fazendeiros locais a empregarem métodos de irrigação que possibilitavam outros plantios (Parenti, 2015). A partir da presença estadunidense e da instauração de um governo democrático, o plantio cresceu vertiginosamente, sendo o país o principal produtor de opioides no mundo desde então, apesar dos bilhões de dólares gastos em busca de seu fim. Durante a ocupação estadunidense no Afeganistão (2000-2001), um dos objetivos da OTAN era frear a suposta economia narcótica que o grupo terrorista insurgente Taliban “sediou” na década de 1990. Assim, a International Security Assistance Force foi estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para implementar políticas anti-narcóticas no território. Estas falharam veementemente, contudo: nos anos de 2005 e 2006, por exemplo, a administração estadunidense não impediu o monopólio afegão sobre a produção de 92% do ópio mundial (Pereira e Vieira, 2022; UNODC, 2006).

Os Estados Unidos buscaram se envolver a partir do entendimento do governo republicano de George W. Bush acerca da necessidade de dismantlar redes internacionais de comércio de drogas, e de sua associação com as “redes de terrorismo” — embora tal denominação seja controversa para se tratar do Talibã na época (Stepanova, 2012). Diversos são os motivos para o fracasso da política de “erradicação” empregada pelo governo. Dentre eles, pode-se elencar um período de seca extenso, concomitante ao governo democrático no país, que mais uma vez tornou a papoula uma opção preferível. Ademais, e talvez por conta disso, houve um aumento na corrupção, sendo preferível e por vezes necessário aos fazendeiros mais pobres para manter seus meios de subsistência, enfraquecendo consideravelmente a estrutura de vigilância que impediria seu crescimento.

Além disso, os efeitos do combate contra o Talibã impactaram no aumento de sua produção de duas formas: a papoula é considerada um “recurso de guerra”, possibilitando o financiamento do combate. Mesmo as forças do Talibã, que já empregaram um banimento anterior, se utilizam dos dividendos dessa produção para custear sua resistência. Deve-se atentar, contudo, ao fato de que este subsídio não é a única ou a maior fonte de investimento talibã (Stepanova, 2012). Em segundo lugar, a utilização de infraestruturas destinadas à irrigação como esconderijos levou, por vezes, à destruição dessas forças estadunidenses (Parenti, 2015), impedindo a possibilidade de outros plantios

menos resistentes à seca.

Para além de questões religiosas, este banimento pode ser entendido como uma forma de transformar a imagem do país, até então visto internacionalmente como um narcoestado — no caso afegão, narcoestado refere-se a uma conjuntura institucional atrelada ao cultivo, produção e comércio de ilícitos interacionalmente (Castree *et. al*, 2013) —, buscando assim a postura de um Estado religioso islâmico. Além disso, pode ser entendido como um movimento que busca superar seu ostracismo internacional: a proibição da produção de papoula em 2023 foi justificada com base no impacto que o ópio tem na população local — afetando 4 dos 37 milhões de habitantes — e nas consequências globais do consumo de drogas, que é responsável por 95% do mercado europeu de heroína (Limaye, 2023).

Simultaneamente a questões identitárias, o país também sofre pressões econômicas que precisam ser analisadas junto ao banimento do cultivo de papoula e produção de ópio no Afeganistão. Apesar do fôlego com o fim do conflito com os EUA em 2021, o país mantém-se em deterioração financeira, principalmente devido à deficiências no setor bancário da economia, alto desemprego e instabilidades políticas no território, o que afasta a entrada de dólares na economia nacional do Afeganistão (World Bank Group, 2024). O pilar sustentador do PIB afegão aponta para a produção de ópio e sua exportação, atividade agricultura que confere mais resiliências a populações rurais (World Bank Group, 2024) que, por sua vez, não dependem do mercado interno enfraquecido que o país abriga. Dessa forma, em reação ao congelamento de ativos internacionais após o início da administração do Talibã e à deterioração financeira enfrentada pela população, o cultivo da papoula e a produção e exportação de ópio mantêm-se enquanto apoios vitais para a sobrevivência econômica do país.

O Afeganistão incorre, portanto, em um dilema identitário e econômico quanto ao cultivo de papoula em seu território. Por um lado, a transferência de identidades administradas pelo Talibã depende da supressão do comércio de ópio, de forma a prevalecer a imagem e rotina de um país centrado na sharia — lei islâmica tradicional baseada em escrituras sagradas. Por outro, o banimento do cultivo da matéria prima da heroína coloca em risco a subsistência de famílias agricultoras e da economia afegã no mercado internacional, a qual possui vantagens comparativas transnacionais no que

tange à agricultura da papoula e efedra graças ao seu solo fértil e deficiência produtiva nos demais setores da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTREE, Noel; KITCHIN, Rob; ROGERS, Alisdair. A Dictionary of Human Geography. **Oxford University Press**, 2013. ISBN-13: 9780199599868.

COYNE, Christopher J., et al. The War on Drugs in Afghanistan: Another Failed Experiment with Interdiction. **The Independent Review**, vol. 21, no. 1, 2016, pp. 95–119. Accessed 28 Nov. 2024.

KHORUK, Maria. ILLICIT ECONOMIES IN AFGHANISTAN UNDER THE TALIBAN. **Global Initiative Against Transnational Organized Crime**, 2024. UN SECURITY COUNCIL ILLICIT ECONOMIES WATCH 2024 SERIES.

LIMAYE, Yogita. Inside the Taliban's war on drugs - opium poppy crops slashed. BBC News: Afghanistan, 6 Jun. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-65787391>. Acesso em 26 nov. 2024.

PARENTI, Christian. Flower of War: An Environmental History of Opium Poppy in Afghanistan. **The SAIS Review of International Affairs**, vol. 35, no. 1, 2015, pp. 183–200. Acesso em: 26 nov. 2024.

PEREIRA, Paulo José Reis; VIEIRA, Maria Gabriela Oliveira. Afghanistan in International Opium Control Policy. **Carta Internacional**, v. 17, n. 1, p. e1225-e1225, 2022.

STEPANOVA, Ekaterina. Illicit Drugs and Insurgency in Afghanistan. **Perspectives on Terrorism**, vol. 6, no. 2, 2012, pp. 4–18. Accessed 28 Nov. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Afghan opium survey 2023. **UNODC Research Brief**. November, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Afghanistan/Afghanistan_opium_survey_2023.pdf. Acesso em: 23 Nov. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). “Understanding illegal methamphetamine manufacture in Afghanistan”. UNODC Research Brief, 2024. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/briefs/Methamphetamine_Manufacture_in_Afghanistan.pdf Acesso em: 23 Nov. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). UNODC revela o impacto devastador do ópio afegão em todo mundo. UNODC, Escritório de ligação e parceria no Brasil, 21 Out. 2009. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2009/10/21-unodc-revela-impacto-devastador-do-opio-afegao-em-todo-o-mundo.html> Acesso em: 23 Nov. 2024.

WORLD BANK GROUP. Afghanistan Overview: development news, research, data. **World Bank Group**, 18 Abril 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/afghanistan/overview> Acesso em: 28 nov. 2024.



CRISE NA ENFERMAGEM E SAÚDE FRAGMENTADA NA ÍNDIA (2022-2023)

Yasmim Motta Lameira

Beatriz Mendes Baêta de Souza Lima

Em 2022, após a pandemia de COVID-19, o mundo começou a olhar mais profundamente para a área da saúde indiana, quando uma onda extrema de calor chegou na vida dessas pessoas nos meses de fevereiro e julho daquele ano. Devido às temperaturas que passavam dos 40 graus, houve 100 mortes documentadas e cerca de 1 bilhão de pessoas ficaram vulneráveis a esse tipo de situação relacionada com as questões climáticas. Problemas como insolação e desidratação eram os mais frequentes nessa época do ano, mas também houve o aumento significativo da poluição do ar, uma baixa na produção de alimentos e um baixo fornecimento de energia. Esse cenário deixou a área da saúde indiana ainda mais precária do que já estava devido à pandemia. O país asiático registrou um recorde diário em 2021 de 273.810 casos da Covid-19 e diversos estados alertaram sobre a situação crítica de seus sistemas de saúde.

Essa situação séria que estava acontecendo com a saúde dos indianos e suas instituições desencadeou uma onda de protestos feitos por profissionais da área da saúde e a população que usufrui desse sistema que viam como chance de mudança na qualidade do sistema e principalmente no tratamento com os funcionários que trabalham nas instituições relacionadas com a área da saúde na Índia. Manifestantes entregaram uma carta para o Ministério da Saúde e do Bem-estar da família exigindo que as organizações representativas fossem consultadas pelo Governo para a elaboração das novas diretrizes da pasta para a profissão. Após o relato de alguns episódios de assédio que foram reportados nessa carta ao Ministério da Saúde indiano, vindos de mulheres em sua maioria, surgiu essa iniciativa de enviar a carta para que o governo de Narendra Modi, atual primeiro ministro, já que algumas situações no ambiente de trabalho na área da saúde na Índia já não eram mais toleradas pelas pessoas que ali trabalhavam. Houveram algumas reclamações e dentre elas, esgotamento por parte dos profissionais, que enfrentam longas horas de trabalho sem pausas, falta de equipamentos de proteção, condições de alto risco e pagamento inadequado.

“O sistema de saúde indiano entrou em colapso”, foi o que disse Surya

Prakash, presidente do Sindicato dos Funcionários do Saneamento Hospitalar e dos Enfermeiros (All India Central Council of Trade Unions), sobre o atual governo de Modi e suas políticas para a população indiana relacionadas ao sistema de saúde do país. O sistema de saúde da Índia sempre teve um desequilíbrio no seu funcionamento. A concorrência entre o setor privado e o público começou na década de 60 e depois, incentivada na década de 1970 pela abertura de clínicas privadas por médicos indianos não residentes. Em meados de 2018, Modi anunciou o programa *Ayushman Bharat*, também conhecido por Modicare que é um programa nacional de seguro público do governo indiano que visa fornecer acesso gratuito a cobertura da saúde pública a população de baixa renda da Índia. Programa criado para cobrir com ajuda de custos e acesso a seguro de saúde para cerca de quinhentos milhões de pessoas. Isso custa cerca de 1,7 bilhão de dólares por ano para o Governo, mas também para provedores privados que se tornam parceiros do Governo Federal nessa iniciativa. Mesmo com ajuda privada, o Governo consegue auxiliar a população de maneira eficaz, já que a cada ano, são 600 mil mortes por doenças respiratórias, a mortalidade infantil cresce e o índice de mortalidade já é alto, sendo três vezes maior entre os trabalhadores mais pobres, para os quais o menor dos ferimentos pode ser fatal.

Atualmente, a Índia conta com um sistema de saúde que é dividido entre o público e o privado. O sistema público enfrenta desafios relacionados à falta de investimento, ao passo que o setor privado é frequentemente associado à baixa qualidade dos serviços e à desqualificação dos profissionais. Apesar do alto padrão de formação no setor público, as oportunidades de emprego são bastante restritas e ainda não há um número adequado de profissionais para atender às necessidades da população. A ausência de um plano de carreira, aliada à escassez de oportunidades e à limitação de treinamentos, resulta em uma significativa migração de profissionais. Os Centros de Saúde e Bem-Estar, que no Brasil correspondem ao SUS, são geridos pelo governo local da região em que estão situados. A falta de profissionais para atendimento é uma realidade em grande parte do país, excetuando as áreas urbanas. Contudo, ao contrário do cenário brasileiro, aproximadamente 70% da população indiana reside em áreas rurais. Quanto à infraestrutura desses Centros, os médicos a classificam como “boa”, desde que não estejam localizados nas regiões rurais mais isoladas.

Em diversas áreas rurais, os serviços relacionados à saúde reprodutiva, cuidados

gestacionais e apoio durante os partos se destacam como os principais – e, muitas vezes, os únicos – disponíveis. Outras necessidades são direcionadas para os Hospitais Distritais, que lidam com uma variedade de demandas, desde procedimentos cirúrgicos até o tratamento de doenças, porém, carecem de uma abordagem abrangente. Um dos maiores desafios da Saúde na Índia tem sido a escassez de equipes e a limitada gama de serviços acessíveis à população.

Outro agravante de perigo para a situação na área da saúde indiana são as mudanças climáticas. Pesquisas internacionais indicam que os países subdesenvolvidos são os mais afetados pelas mudanças climáticas, que estão diretamente ligados à proliferação de doenças. Na Índia, houve fortes chuvas que sucederam o período de seca intensa, e as inundações já estavam causando preocupação quanto a proliferação de doenças como a malária, dengue e diarreia no território. Kritika Sharma, representante do AIIMS, *All India Institute of Medicine Sciences*, diz que “a água da enchente fica contaminada com dejetos de humanos ou animais, doenças transmitidas pela água, como diarreia e cólera, começam a se espalhar mais rapidamente. Da mesma forma, vimos o aumento de doenças respiratórias devido ao ar poluído em Delhi.”

A OMS, Organização Mundial da Saúde, insiste desde a pandemia de covid-19 que os países aumentem a resiliência dos sistemas públicos de saúde e priorizem as campanhas de vacinação para a proteção da população. Embora alguns estados possuem profissionais capacitados e uma infraestrutura adequada, a falta de investimento resulta em escassos recursos humanos e dificuldades no abastecimento de insumos. O resultado é que, enquanto nas áreas urbanas o atendimento consegue cumprir com a demanda da população, as regiões mais pobres e populosas quase não têm acesso à saúde e o sistema é ineficiente e, claro, nessas áreas os enfermeiros enfrentam as piores condições de trabalho.

Segundo o jornal “The Indian Express”, o presidente indiano Modi deseja que a Índia se torne o destino para turismo médico mais requisitado do mundo. A tendência consiste na viagem de milhões de pessoas residentes em países ricos para países em desenvolvimento, com o objetivo de se submeter a procedimentos médico-hospitalares mais baratos. Segundo Modi, a infraestrutura e o desenvolvimento da área da saúde não se restringem

somente à Índia e essa área vai gerar diversos empregos, sem falar na abertura de por volta de 160 faculdades de enfermagem.

A situação da saúde na Índia é um reflexo de múltiplos problemas estruturais, agravados por crises recentes, as altas temperaturas e as mudanças climáticas. Embora o país tenha algumas iniciativas voltadas para a expansão do acesso à saúde, o sistema ainda enfrenta sérias deficiências, como a falta de recursos no setor público, a desqualificação dos profissionais, a precariedade das condições de trabalho e a disparidade no acesso entre as áreas urbanas e rurais. A escassez de profissionais qualificados, somada à baixa remuneração e condições insustentáveis de trabalho, resultou em um colapso no sistema que prejudicou milhares de vidas.

Além disso, o impacto das mudanças climáticas tem intensificado problemas de saúde pública, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade da população. Enquanto o governo de Narendra Modi investe no potencial do turismo médico, a falta de investimento em uma verdadeira política pública de saúde deixa as comunidades mais necessitadas sem atendimento adequado. A crescente desigualdade entre as regiões do país e a incapacidade de garantir um sistema de saúde universal e acessível reforçam a necessidade urgente de reformas estruturais. Assim, é esperado que o governo indiano, junto com as organizações de saúde e a sociedade civil, invista na melhoria das condições de trabalho dos profissionais, no fortalecimento do sistema público e no acesso universal e igualitário a cuidados de saúde, especialmente nas áreas mais remotas e vulneráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUTT, Anonna. **New colleges, better salaries for nurses must for making India a medical tourism destination: experts.** The Indian Express, 7 de Março de 2023. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/new-colleges-better-salaries-for-nurses-medical-tourism-destination-say-experts-8484093/>. Acesso em: 26 de nov de 2024.

MONTERASTELLI, Alessandra. **A crise da enfermagem na Índia e a saúde fragmentada**. Outra saúde, 13 de Março de 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-crise-da-enfermagem-na-india-e-uma-saude-fragmentada/>. Acesso em: 26 de nov de 2024.

BASU, Ananya. **Nurses' Unions in India Demand a Voice in Nursing Workforce Policies**. Public Service International, 18 de Dezembro de 2022. Disponível em: <https://publicservices.international/resources/news/nurses-unions-in-india-demand-a-voice-in-nursing-workforce-policies?id=13556&lang=en> . Acesso em: 27 de nov de 2024.

5

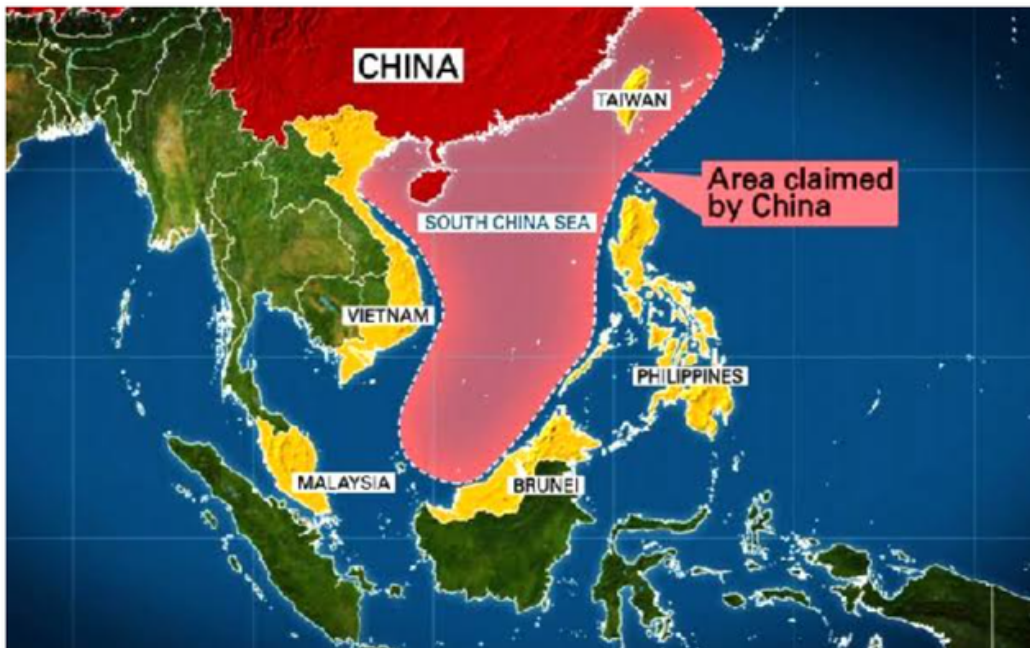
A ESCALADA DAS TENSÕES ENTRE FILIPINAS E CHINA NO MAR DO SUL DA CHINA

Giovana de Andrade Silva Barroso
Julia Aguiar Casani Pereira

O Mar do Sul da China é um dos principais cenários de tensões geopolíticas atualmente, devido a sua enorme importância estratégica e geoeconômica. A área é amplamente conhecida pelo seu potencial energético, possuindo a presença de reservas significativas de petróleo e gás natural, além de ser um ponto crucial para o comércio global, servindo como uma das principais rotas marítimas que conectam o Oceano Índico ao Pacífico. A escalada das tensões entre Filipinas e a China na região é um reflexo de diversos fatores, como a abundância de recursos naturais e sua relevância comercial. Esse contexto tem despertado o interesse de diversos países, gerando disputas territoriais, envolvendo especialmente os arquipélagos de Paracel e Spratly.

A principal causa das tensões é a disputa territorial entre China e diversos países, incluindo as Filipinas. Desde 1947, a China reivindica 90% da região, estabelecendo a chamada “Linha de Nove Traços”, que sobrepõe-se às zonas econômicas exclusivas (ZEEs), áreas de direito exclusivo para explorar recursos naturais, de países como as Filipinas. A China defende que sua soberania sobre a maior parte da região se baseia em alegações históricas, enquanto as Filipinas rejeitam essas reivindicações por não apresentarem nenhum respaldo no direito internacional, e defendem sua soberania sobre águas e ilhas que consideram pertencentes ao seu território.

Figura 1: Região do MSC e área reivindicada pela China



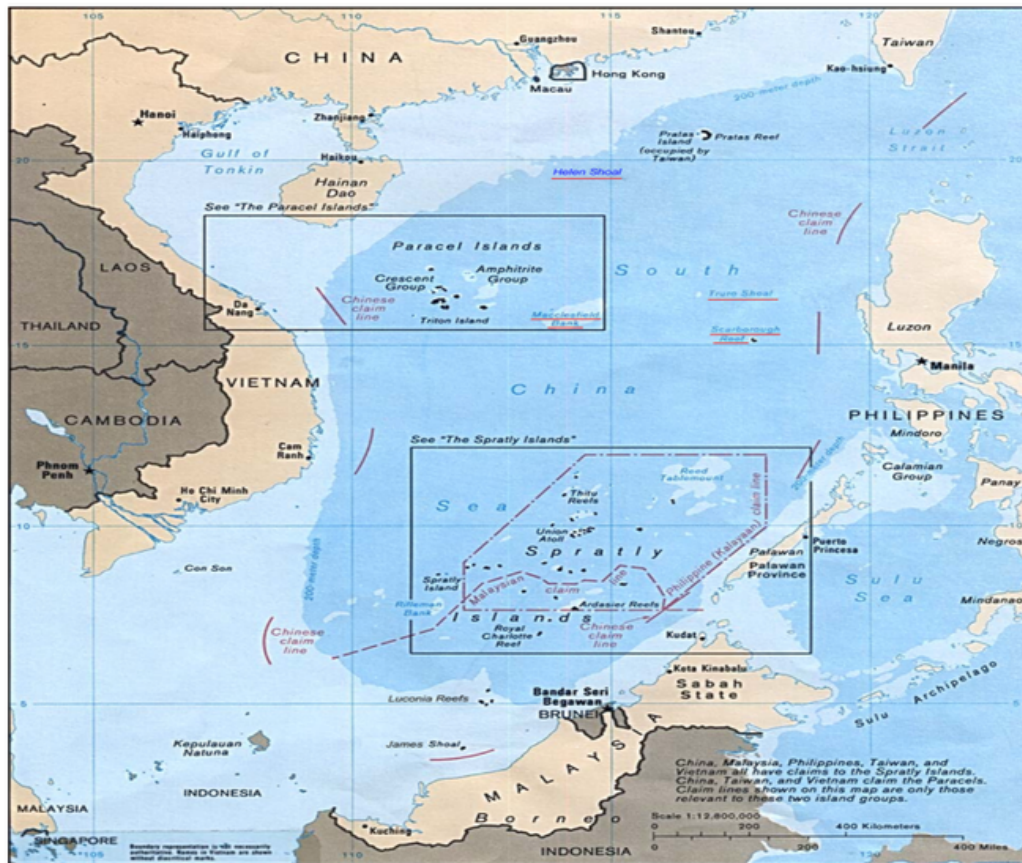
Fonte: Chutando a Escada, 2018

Em 2016, O Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia, decidiu a favor das Filipinas que havia levado o caso ao tribunal, alegando que a China não tem direito ao controle exclusivo da região, declarando que o país não possui base legal para obter direitos históricos sobre toda a área que reivindica. Contudo, a decisão do tribunal internacional não foi aceita pela China, afirmando não reconhecer a autoridade do Tribunal de Haia sobre as disputas na região e, como o tribunal não possui meios legais para forçar que o cumprimento da decisão, a China segue com suas ações na região. A falta de um mecanismo eficaz para implementar a decisão definida pelo Tribunal Permanente de Haia acabou por enfraquecer o direito internacional na resolução do conflito, permitindo que a China continue com suas atividades na área. Além disso, outras organizações, como a ONU e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), têm se mostrado ineficazes em impedir a escalada das tensões, visto a contestação da China sobre qualquer resolução que ameace sua soberania.

Nos últimos anos, as tensões vêm se agravando devido à crescente militarização da região pela China, que tem construído ilhas artificiais e bases militares no arquipélago de Spratly.

Essa militarização não se limita à instalação de forças armadas, mas também inclui avanços tecnológicos em defesa aérea, radares e sistemas de vigilância, com o objetivo de projetar seu poder na área. Além disso, disputas frequentes sobre direitos de pesca e exploração de recursos têm contribuído para a escalada das tensões. Os confrontos navais entre China e Filipinas se intensificaram, com os dois países denunciando diversos ataques marítimos e aéreos na região disputada, aumentando as preocupações sobre a possibilidade de uma escalada do conflito. Especialistas ocidentais em segurança marítima observam que, apesar das resoluções do tribunal, a China continua a enviar sua “milícia marítima” para zonas econômicas exclusivas das Filipinas, conforme determinadas pela sentença de Haia. Esse aumento de incidentes, com ataques a embarcações filipinas, indicam uma escalada do conflito na área, devido às ameaças à livre navegação na região. O governo filipino acusa a China de ações denominadas “agressivas e ilegais” no Mar do Sul da China após uma série de incidentes aéreos e marítimos em um curto período de tempo. A China ocupa vários recifes do Mar do Sul da China com essas instalações militares, o que leva a uma relação conflituosa com as Filipinas, que afirmam que essas ocupações infringem sua soberania.

Figura 2: Imagem dos arquipélagos de Spratly onde a China tem construído bases militares Fonte: Poder Naval, 2023



Fonte: Poder Naval, 2023

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) tem se esforçado para mediar essas disputas na região, buscando uma solução coletiva e diplomática para o conflito. Embora tenha sido formado um Código de Conduta para o Mar do Sul da China (COC) para estabelecer certa cooperação e paz na região, sua implementação tem sido dificultada devido às diferenças nas posições das nações do Sudeste Asiático. Além disso, a China tem se mostrado resistente a qualquer comprometimento com um acordo que possa limitar suas atividades na região.

Em julho de 2024, o governo filipino anunciou que havia conseguido um acordo com a China para diminuir as tensões na região. Nesse acordo, tropas filipinas foram posicionadas novamente no “Second Thomas Shoal”, que se tornou um ponto central nos conflitos recentes devido à disputa pela sua

soberania. No entanto, logo após o acordo, barcos chineses atacaram embarcações filipinas que tentavam transferir suprimentos para um barco filipino na região disputada. Em resposta a essas provocações, o governo filipino tem reiterado sua intenção de continuar defendendo seus direitos sobre as águas do Mar do Sul da China.

Figura 3: Área de Second Thomas Shoal



Fonte: Nippon, 2024

Outro ponto de tentativa de redução das tensões tem sido em relação à pesca nas regiões disputadas. Apesar das tentativas de acordos entre as Filipinas e a China para regular a pesca, esses acordos não têm tido êxito por conta dos conflitos relacionados à soberania e direito de acesso a recursos. As Filipinas acusam a China de práticas ilegais, enquanto a China justifica suas ações como essenciais para proteção de seus interesses e na segurança de suas operações

na área. É evidente que apesar das tentativas de resolução diplomática, as tensões na região não diminuíram.

A China fundamenta suas reivindicações de soberania sobre parte Mar do Sul da China, incluindo áreas muito distantes de seu território continental, com base histórica através da “Linha de Nove Traços”, e considera que a construção das ilhas artificiais e a instalação de bases militares são justificadas como medidas necessárias para garantir sua segurança e controle sobre a região. A China acusa as Filipinas de invadir suas águas no Mar do Sul da China e de praticar pesca ilegal na região, e afirma que continuará a defender seus interesses marítimos e territoriais, rejeitando as leis filipinas. Com o aumento das declarações do governo filipino a respeito de seus direitos sobre a região, é possível identificar um aumento nos incidentes marítimos em áreas reivindicadas pela China. Enquanto o governo filipino condena as ações chinesas e pretende continuar a defender os direitos dos filipinos no Mar do Sul da China, o governo chinês se defende afirmando que continuará a proteger o que considera ser parte de sua soberania territorial.

As Filipinas, por sua vez, têm procurado responder às ações chinesas, defendendo sua soberania sobre as áreas do Mar do Sul da China que consideram como pertencentes ao seu território, especialmente o arquipélago de Spratly e Second Thomas Shoal. Em novembro de 2024, o presidente Marcos Jr. assinou duas novas leis que buscam reforçar a soberania filipina sobre as regiões marítimas que considera pertencentes ao país. As Filipinas contam com forte apoio dos Estados Unidos que, apesar de não ser um reivindicador do Mar do Sul da China, defendem a liberdade de navegação na região. O governo filipino, sob a presidência de Ferdinand Marcos Jr., tem reforçado a posição filipina em relação ao conflito e buscado estreitar relações com os Estados Unidos, especialmente diante do aumento das tensões com a China. A crescente presença militar de outros países, incluindo o Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad), composto pelos Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia, que têm buscado reforçar sua influência e presença na região, reflete as preocupações com a crescente militarização da China na área.

O conflito entre China e Filipinas têm se intensificado na medida em que ambos os países se recusam a interromper suas atividades na região. A constante presença de forças militares e marítimas, junto às provocações mútuas, tem causado o aumento das tensões na área, especialmente

considerando o potencial envolvimento dos Estados Unidos, aliado estratégico das Filipinas, que pode transformar o conflito em um cenário de maior escala. Apesar das tentativas da ASEAN de mediar a situação, a crescente militarização da região e as reivindicações cada vez mais agressivas sugerem que a disputa tende a se intensificar. Além disso, potências regionais e globais podem buscar contrabalançar a crescente influência da China por meio de alianças e operações conjuntas, o que também contribui para a escalada do conflito.

As tensões no Mar do Sul da China envolvem interesses territoriais, econômicos e estratégicos, não se tratando apenas de uma questão de soberania, mas também de uma questão de controle de rotas comerciais e acesso a recursos. A incapacidade das organizações internacionais de mediar o conflito, somada à crescente militarização, sugerem que as tensões podem continuar a se intensificar, a menos que esforços diplomáticos sejam feitos para solucionar pacificamente as disputas, levando em consideração os direitos territoriais e estratégicos dos países envolvidos. O desenrolar do conflito molda a dinâmica de segurança na Ásia-Pacífico e pode ter implicações globais, considerando o envolvimento de potências externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL JAZEERA. **What's behind escalating China-Philippines tensions in the South China Sea?** Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/news/2024/10/11/whats-behind-escalating-china-philippines-tensions-in-the-south-china-sea>. Acesso em: 25 nov. 2024.

AL JAZEERA. **Philippines, China accuse each other of ship ramming in South China Sea.** Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/news/2024/8/25/philippines-china-accuse-each-other-of-ship-ramming-in-disputed-waters>. Acesso em: 25 nov. 2024.

AL JAZEERA. **China reasserts South China Sea sovereignty amid Philippine boundary laws.** Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/amp/news/2024/11/10/china-reasserts-south-china-sea-sovereignty-amid-philippine-boundary-laws>. Acesso em: 25 nov. 2024.

AL JAZEERA. **Philippines says reached deal with China to avoid disputed shoal clashes.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/7/21/philippines-says-reached-deal-with-china-to-avoid-disputed-shoal-clashes>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CHAP, C. **ASEAN remains divided over China's assertiveness in South China sea.** Disponível em: <https://www.voanews.com/a/asean-remains-divided-over-china-s-assertiveness-in-south-china-sea/7264923.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Filipinas, Malásia, Taiwan e Vietnã rejeitam o mais recente mapa chinês do Mar do Sul da China. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/08/31/filipinas-malasias-taiwan-e-vietna-rejeitam-o-mais-recente-mapa-chines-do-mar-do-sul-da-china/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

GLOBO, O. **Navios da China e das Filipinas colidem em meio a disputas no Mar da China Meridional.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/google/amp/mundo/noticia/2024/06/17/navios-da-china-e-das-filipinas-colidem-no-mar-da-china-meridional.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2024.

LEMA, K. **Mar do Sul da China: por que tensão entre China e Filipinas está aumentando?** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mar-do-sul-da-china-por-que-tensao-entre-china-e-filipinas-esta-aumentando/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LI, Y. **Conflito com Filipinas acirra temores no Mar do Sul da China.** Disponível em: <https://amp.dw.com/pt-br/conflito-com-filipinas-acirra-temores-no-mar-do-sul-da-china/a-69480617>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Pushing back against China: US-Japan-Philippine trilateral cooperation in the South China Sea. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/d00998/pushing-back-against-china-us-japan-philippine-trilateral-cooperation-in-the-south-china-s.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

RASHEED, Z. **How an impasse in the South China Sea drove the Philippines, US closer.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/12/30/how-an-impasse-in-the-south-china-sea-drove-the-philippines-us-closer>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SCHOSSLER, A. **Zeitgeist: A crescente tensão no Mar da China Meridional.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/amp.dw.com/pt-br/zeitgeist-a-crescente-tens%C3%A3o-no-mar-da-china-meridional/a-37535015>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ZAHARAN, G. **ASEAN, China e Filipinas.** Disponível em: <https://chutandoaescada.com.br/2018/09/04/chute-068-asean/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

6

PAPEL DA CHINA E ÍNDIA NO CONFLITO CIVIL DE MYANMAR: CONSEQUÊNCIAS PARA A ESTABILIDADE REGIONAL NA ÁSIA-PACÍFICO

Carla Oliveira Flores

Maria Gabriela Veloso Camelo

O conflito civil em Myanmar, que se intensificou após o golpe de Estado em fevereiro de 2021, tem atraído a atenção da comunidade internacional devido à sua complexidade e às suas potenciais implicações para a estabilidade regional na Ásia-Pacífico. Dois atores-chave neste cenário são a China e a Índia, países que compartilham fronteiras com Myanmar e possuem interesses estratégicos na região.

A China, principal parceiro econômico de Myanmar, tem investido pesadamente em infraestrutura no país, como o Corredor Econômico China-Myanmar (CICM), que visa conectar as províncias do interior chinês ao Oceano Índico. Essas iniciativas se alinham com a *Belt and Road Initiative* (BRI) e com o objetivo da China de assegurar o acesso a recursos naturais e mercados globais. No entanto, a instabilidade em Myanmar ameaça os investimentos chineses e coloca em risco a estabilidade da fronteira sino-birmanesa.

A Índia, por sua vez, compartilha laços históricos e culturais com Myanmar e se preocupa com o impacto do conflito na segurança de sua região nordeste, vulnerável a insurgências armadas com conexões com grupos birmaneses. A Índia também tem interesse em projetos de infraestrutura em Myanmar, como gasodutos planejados para abastecer a região nordeste indiana. A instabilidade em Myanmar, no entanto, dificulta a expansão desses projetos e cria um ambiente hostil para investimentos indianos.

A rivalidade sino-indiana, que se manifesta em disputas territoriais e pela influência regional, adiciona uma camada de complexidade à situação em Myanmar. A China, tradicionalmente mais influente em Myanmar, busca manter sua posição privilegiada, enquanto a Índia procura fortalecer seus laços com o país e conter a expansão da influência chinesa. A convergência de interesses estratégicos da China e da Índia em Myanmar, no entanto, abre espaço para a cooperação entre os dois países na busca por uma solução pacífica para o conflito.

Esta análise de conjuntura examinará o papel da China e da Índia no conflito

civil de Myanmar, explorando as motivações, os interesses e as ações de ambos os países, bem como as consequências para a estabilidade regional na Ásia-Pacífico. A análise considerará as complexas relações entre a China, a Índia e Myanmar, o impacto do conflito na segurança regional, os desafios para a estabilidade interna de Myanmar e as perspectivas para a cooperação sino-indiana na busca por uma solução pacífica para a crise.

Em 1937, os britânicos desmembraram a Birmânia da Índia, e a partir de então, sua trajetória política foi muito conturbada. Similarmente a outros casos da região, a concepção do Estado de Mianmar herdou arbitrariedades oriundas da colonização inglesa, que, unindo sob um único território e governo diversas etnias dissonantes entre si, intensificaram desigualdades e rivalidades que perduraram mesmo após a independência do país em 1948.

Myanmar permaneceu isolado internacionalmente desde sua emancipação e da longa ditadura militar que se instaurou em 1962, até anunciar seu processo de redemocratização, com a adoção de uma nova constituição em 2008 e a realização de eleições dois anos depois. No entanto, o pleito foi boicotado pela Liga Nacional pela Democracia (LND), devido ao formato institucional que garantia aos militares demasiada influência política e um papel de “guardiões do novo regime” (Ribeiro, 2021). A partir de 2010, os militares e a líder da LND, Aung San Suu Kyi, chegaram a um acordo político, mediado por interesses da China e dos Estados Unidos — firmando um arranjo de poder compartilhado baseado na liberalização e abertura econômica ao exterior, enquanto questões cruciais de segurança interna e externa permaneciam sob o controle das forças armadas - o Tatmadaw.

No entanto, em fevereiro de 2021, após uma década de relativa estabilidade, o recém-nascido regime democrático de Myanmar foi abruptamente interrompido por mais um golpe militar. O Tatmadaw retoma o poder sob a justificativa de fraude eleitoral, contestando a vitória esmagadora do partido da Liga Nacional (LND), e semelhante ao antigo regime, líderes políticos, incluindo Suu Kyi, foram presos, e protestos populares provocaram respostas brutais, resultando em centenas de mortos nas primeiras semanas.

A estabilidade do país enfrenta desafios crônicos, incluindo a fragmentação étnica, exacerbada pela exploração política destas divisões pela junta militar. Décadas de instabilidade política, marcadas por sucessivos golpes de Estado,

repressão violenta, e a insurgência de diversos grupos paramilitares, agravaram o subdesenvolvimento econômico e continuam a impedir qualquer progresso sustentável em direção a uma solução pacífica para o conflito.

Myanmar atrai atenção significativa por sua condição geograficamente estratégica entre o Leste Asiático e o Sul da Ásia, ligando diretamente a China à Índia. A análise das interações sino-indianas em território birmanês demonstra-nas particularmente expressiva, uma vez que se desenvolvem em um contexto mais favorável à competição econômica e política comparado com outros cenários regionais militarizados, como Bangladesh e Paquistão. Entretanto, a complexidade dos desafios internos de Myanmar – políticos, étnicos e econômicos – somados à dependência de um ambiente externo estável, apontam para a possibilidade de reverter as projeções de estabilidade, culminando em um sério desafio à segurança e à estabilidade do Sudeste Asiático.

Desde sua independência, Myanmar aderiu a uma política de neutralidade e não alinhamento, que, em menor ou maior grau, enfrentou provocações desde a Revolução Chinesa à Guerra Fria. No entanto, apesar das tensões que marcaram suas relações com a China, Myanmar não abdicou de sua política externa e tampouco se alinhou a outras potências extrarregionais. Por sua vez, o governo chinês buscou uma abordagem pragmática em relação ao vizinho, influenciado pelas demandas e pressões de suas próprias rivalidades geopolíticas.

A China, como um dos principais parceiros econômicos de Myanmar – e estimulada por recursos locais como gás natural, petróleo e madeira –, vem investindo pesadamente em infraestrutura, como no projeto do Corredor Econômico China-Myanmar (CICM), que conecta as províncias do interior chinês ao Oceano Índico. Essas iniciativas se alinham com a BRI e as projeções do crescimento chinês, posicionando Myanmar como uma peça-chave para o acesso da China a mercados globais e para a redução de sua dependência no polêmico Estreito de Malaca.

No entanto, a crise desencadeada pelo golpe militar de 2021, que derrubou o governo democraticamente eleito de Aung San Suu Kyi, tem se tornado cada vez mais desafiadora para a China. Inicialmente, Pequim evitou condenar abertamente o golpe, referindo-se aos acontecimentos como uma

"reorganização do gabinete", em linha com sua política externa de não interferência. No entanto, embora tenha buscado manter relações tanto com os militares no poder quanto com os atores da oposição, o fracasso do histórico Acordo Nacional de Cessar-Fogo em janeiro deste ano comprometeu os esforços chineses de equilibrar suas relações no país.

A China, que compartilha dois mil quilômetros de fronteira com Myanmar, tem interesse estratégico em preservar a estabilidade regional para evitar que o conflito transborde para suas regiões fronteiriças, temendo o aumento de contrabando ilegal e de fluxo de refugiados, tão como a disseminação de ideais insurgentes para as minorias étnicas ao lado chinês da fronteira. Além disso, o conflito tem impactado negativamente a imagem da China na região; suspeitas de um apoio velado ao regime militar tem desencadeado protestos contra interesses chineses em Myanmar, colocando em risco os investimentos estratégicos no país, e tornando-o vulnerável à maior influência da Índia na região, cenário que Pequim procura evitar.

Diante do contexto, a China tem adotado abordagens multilaterais e diplomáticas para lidar com o conflito. Influyente sobre os dois lados da moeda, e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, vetou e abrandou resoluções contra Myanmar, defendendo o diálogo acima das sanções. No âmbito regional, tem colaborado com a ASEAN para promover soluções negociadas, apoiando o "Consenso de Cinco Pontos" — medida de apaziguamento e restituição da paz, proposta pela organização, enquanto simultaneamente, tem individualmente buscado mediar negociações entre o governo militar e grupos étnicos armados, alavancando sua influência local para evitar uma escalada do conflito — refletindo os esforços chineses de estabilizar o conflito civil sem comprometer sua posição estratégica, como potência neutra, e econômica, como principal parceiro comercial na região.

Por outro lado, a política externa indiana em relação à situação política de Myanmar deslocou-se, na última década, de uma clara oposição à junta militar governante para uma política mais amena e neutra. Isso se deve principalmente à busca pela prevalência dos interesses indianos na região, e aos recursos minerais birmaneses, que passaram a dramatizar a disputa entre os dois velhos rivais; Índia e China – no qual a sustentação de seus exorbitantes índices de crescimento pauta-se, em grande medida, na disponibilidade energética.

Do ponto de vista econômico, a Índia entende Myanmar como um elo crucial para sua integração regional e expansão econômica. O país desempenha um papel estratégico na conexão da região nordeste da Índia — marcada por um precário subdesenvolvimento e insurgências armadas vinculadas a grupos birmaneses — ao restante do país e à economia asiática de maneira mais ampla. As reservas de Myanmar, especialmente de gás natural, são cruciais para os projetos de segurança energética e o desenvolvimento da região, e a sua abundância fez do país uma peça no jogo entre as duas potências.

Myanmar – dentre outras nações de menor projeção no Sudeste Asiático –, tem sido descrito como um “um sino-satélite artificial”, no que se refere às concessões de desenvolvimento estratégico e a dependência governamental no relacionamento bilateral com os chineses (Zhao, 2008). E enquanto, em relação à China, a Índia não possui políticas claras ou de longo prazo no que diz respeito ao estabelecimento de uma relação comercial-econômica mais forte com Myanmar – para além de assegurar o seu aprovisionamento energético para a Índia Oriental –, a discrepância de influências na região preocupa Nova Delhi, uma vez que Pequim possui maior capacidade diplomática e recursos para moldar o cenário político-econômico de Myanmar em seu favor, sobretudo numa altura em que o país se encontra relativamente isolado da comunidade mundial.

Índia e Myanmar compartilham de laços históricos-culturais ancestrais, e dividem uma fronteira terrestre quase tão grande quanto a divisa sino-birmanesa. Portanto, o conflito civil em Myanmar reverbera no subcontinente indiano e a instabilidade inquieta a fronteira – trazendo aflição a questões como o tráfico de armas, o crime organizado e a ameaça de insurgências nas áreas fronteiriças. Além disso, a violência contínua e o isolamento internacional de Myanmar dificultam a expansão dos projetos de infraestrutura, como gasodutos planejados para o abastecimento da Índia, e criam um ambiente hostil para maiores investimentos indianos.

Nova Délhi reconhece que a estabilidade em Myanmar é crucial para sua própria segurança, especialmente devido à vulnerabilidade de sua região nordeste, afastada da capital. Em resposta, a Índia tem adotado diversas iniciativas que equilibram pragmatismo e cooperação regional, intensificando seus laços diplomáticos e humanitários com grupos de oposição, e promovendo o diálogo entre diferentes atores políticos em Myanmar.

No cenário internacional, a Índia e os países da ASEAN buscam desempenhar papéis estabilizadores, contribuindo para a reconciliação nacional em Myanmar. Contudo, a abordagem indiana é limitada em comparação à chinesa, carente de uma estratégia abrangente e de recursos substanciais para competir pela influência no país vizinho. Apesar disso, em um cenário de crescente regionalismo asiático, a Índia permanece como um dos principais interessados na pacificação de Myanmar e se vê diante a necessidade de fortalecer sua posição como um ator estabilizador, capaz de promover tanto seus interesses estratégicos quanto a estabilidade regional.

O conflito civil em Myanmar apresenta um desafio complexo para a estabilidade regional na Ásia-Pacífico, com a China e a Índia buscando equilibrar seus interesses estratégicos em meio à crise. A rivalidade sino-indiana adiciona uma camada de complexidade à situação em Myanmar. Embora ambos os países tenham interesse na estabilidade do país, a competição por influência e recursos pode dificultar a cooperação em busca de uma solução pacífica. A China busca manter sua posição privilegiada, enquanto a Índia procura fortalecer seus laços e conter a expansão da influência chinesa. No entanto, a convergência de interesses estratégicos abre espaço para a cooperação entre os dois países.

A instabilidade em Myanmar destaca a importância do diálogo e da cooperação regional para a estabilidade da Ásia-Pacífico. A China tem adotado abordagens multilaterais e diplomáticas, buscando mediar negociações entre o governo militar e grupos étnicos armados. A Índia também tem intensificado seus laços diplomáticos e humanitários, promovendo o diálogo entre diferentes atores políticos. A convergência de interesses e a necessidade de estabilidade podem levar a uma maior cooperação sino-indiana em Myanmar, contribuindo para a resolução do conflito e para a estabilidade regional.

O futuro de Myanmar dependerá da capacidade dos atores internos e externos de superar as divisões e encontrar soluções pacíficas para os desafios do país. A China e a Índia, como potências regionais com interesses estratégicos em Myanmar, têm um papel fundamental nesse processo. A cooperação entre os dois países, em conjunto com outros atores regionais e internacionais, será crucial para a estabilização de Myanmar e para a segurança regional na Ásia-Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICKER, Laura. "O ambicioso plano de comércio da China travado pela guerra." BBC News Brasil: Setembro, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8xe88j0lpyo>. Acesso em: 1 dec. 2024

RIBEIRO, Erik Herejk. "A Rivalidade e A Cooperação Nas Relações China-Índia: O Contexto Asiático e o Caso de Myanmar". Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132912/000977970.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2024

RIBEIRO, Erik Herejk. "O Golpe em Mianmar e suas Consequências Geopolíticas para a Ásia." Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.10, n.19, Jan./Jun. 2021, p.291-314. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249703/001150395.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 nov. 2024

SIMÕES, Tales Henrique Nascimento. "As relações geopolíticas China- Mianmar e o Golpe Militar de 2021." Revista de Geopolítica, v. 14, n.1, Jan./Mar. 2023, p1-16. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/434/334>. Acesso em: 30 nov. 2024

XAVIER, Nathaly; LIBRELOTTO, Taís. "Mianmar: o país da desconfiança ocidental." Sibila Revista de Poesia e Cultura: Maio, 2015. Disponível em: <https://sibila.com.br/cultura/mianmar-o-pais-da-desconfianca-ocidental/11594>. Acesso em: 1 dec. 2024

ZHAO, Hong. "China and India: Competing For Good Relations With Myanmar." The Journal of East Asian Affairs 22, no. 1 (2008): 175–94. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23257878>. Acesso em: 30 nov. 2024



RETROSPECTIVA DO MERCADO DE ARTE CHINÊS EM 2024

Guilherme Uram

Thaís Lopes da Costa Amaral

O impassível mercado de arte chinês a partir do incansável trabalho de Xi Zhongxun, então Secretário-Geral do Conselho de Estado, (e pai do atual presidente da RPC, Xi Jinping), trabalha faz décadas para remendar a ruptura que constituiu a revolução cultural em 1966, e se recuperar do dano político, social e cultural que representou. Mesmo se recuperando, se ergueu rapidamente, de forma que a República Popular da China passou a assumir uma das posições mais prestigiadas do mercado de arte global. Os números ilustram isso, com a China representando 5% do mercado global de arte em 2006 a 30% em 2011, maior porção de um só país (TEFAF). Assim, por meio de um crescimento rápido e avassalador, hoje a China ocupa o segundo lugar como o maior mercado de arte do mundo, atrás apenas dos EUA (Artprice, 2023).

Ainda, assumindo um tom de retrospectiva, é necessário estabelecer que muito se esperava do mercado de arte da China em 2024, em especial, especulava-se que após a queda motivada pela pandemia de COVID-19, esse segmento do mercado passaria por um crescimento linear e estável. Todavia, o resultado de 2024 foi uma queda de 49% no primeiro semestre comparado ao mesmo período de 2023 (Carrigan, 2024), com diversas casas de leilão optando por omitir os resultados do presente ano. Em função disso, o artigo busca analisar a queda experienciada pelo mercado, o que representa, tal qual fazer uma breve introdução do comércio de arte na China.

Dessa forma, o mercado de arte chinês do qual se fala, hoje, tem início com o fim da revolução cultural chinesa e as iniciativas de sua restauração. O evento histórico do “agosto vermelho”, foi um marco na história de reconstrução do mercado de arte chinês. Ele consistiu na perseguição de intelectuais e membros das velhas elites, sob o pretexto de derruba-las e se apropriar indevidamente de seus pertences. Materialmente, ocasionou o saque de milhares de casas e humilhação pública de seus moradores, enquanto seus pertences foram tomados pelo governo. Isso foi um marco, pois não restou nada àqueles que sofreram com o agosto vermelho, perdendo não só as suas casas e orgulho, como as suas coleções de arte e outros pertences

colecionáveis de valor histórico. Assim, resultou em uma necessidade fundamental de reconstrução e reestruturação, que inspirou o movimento de reparo do novo mercado de arte da China - que teve seu epicentro em 1984 na cidade de Tianjin, onde Wang Xiao foi colocada no comando do *Tianjin Antiquities Shop*, para restituir coleções acumuladas durante anos aos seus respectivos colecionadores, projeto considerado essencial para a construção do novo imaginário chinês. (WU, 2023).

Seguindo o movimento pós-revolução cultural, em 1992, foi inaugurada a casa de leilão Duo Yun Xuan, onde, em 1993, se consagrou o primeiro leilão de arte na China continental, dando início a um processo rápido de expansão do novo mercado de arte chinês. Essa expansão esteve associada à abertura do mercado nacional em si, e ao crescimento econômico decorrente da transição governamental. O primeiro leilão de Duo Yun Xuan, em 1993, lucrou 1.07 milhões de dólares americanos com a venda de obras chinesas e participação de compradores internacionais. Após, foi criada a *China Guardian Auctions*, outra casa de leilão, dessa vez com patrocínio de companhias estatais e outro leilão milionário, totalizando 1.65 milhões de dólares em vendas. E mais casas de leilão emergiram, acarretando na criação da CAA, Associação Chinesa de Leiloeiros, pelo então Ministério do Comércio Interno. Em 1991, surgiu o *Yan Huang Art Museum*, museu baseado na coleção de arte privada de um indivíduo, e a *Red Gate Gallery*, primeira galeria privada de arte contemporânea, que foi fundada por um australiano. Adicionalmente, em 1993, houve a feira artística Art Bazaar em Guangzhou. À vista disso, nota-se que o contexto econômico de compra, venda e valorização da arte adquiria forma, na medida em que se criavam as instituições necessárias para o desenvolvimento de um novo mercado de arte - museus, galerias, feiras e afins. Considerando que os esforços para a construção do novo mercado de arte chinês datam da década de 90, é um mercado jovem quando comparado aos já estabelecidos no ocidente, o que faz com que se torne mais suscetível à variabilidade das flutuações na economia (Art Basel, 2024), além de possuir desafios próprios, como o número limitado de obras com potencial para apreciação em termos de valor, e a baixa quantia delas que efetivamente alcança o mercado de arte global. Ainda assim, a China ascendeu e se estabeleceu como segundo maior mercado de arte global, um feito considerando seus desafios, idade e história.

Assim, retomando a retrospectiva proposta, no primeiro semestre de 2024, o

novo mercado de arte chinês experienciou uma queda de 49% comparado ao ano anterior, o que foi inesperado considerando as expectativas de crescimento vindas de 2023. Todavia, se prova justificada pelo contexto geral de incerteza econômica e geopolítica diante do qual a nação se vê, com o desaceleramento gradual do crescimento econômico do país e a imprevisibilidade do cenário geopolítico global com as guerras da Ucrânia e Oriente Médio, como exemplos (Thomson Reuters, 2024), fazendo com que prevaleça a busca por liquidez (Art Basel, 2024), como exemplificado pelo comportamento de Liu Yiqian e Wang Wei, casal de colecionadores de arte de reconhecimento internacional e fundadores do *Long Museum* em Xangai (artmajeur, 2023). Ainda, nota-se que o perfil do colecionador de arte chinês está em transformação, com o surgimento de colecionadores jovens, assim como a mudança da perspectiva prevalecente, que passa a se voltar para a arte local e obras do passado. Além disso, a própria relevância das casas de leilão está abrindo espaço para feiras de arte locais. Assim, nota o trecho a seguir, retirado da revista da feira internacional, *Art Basel*.

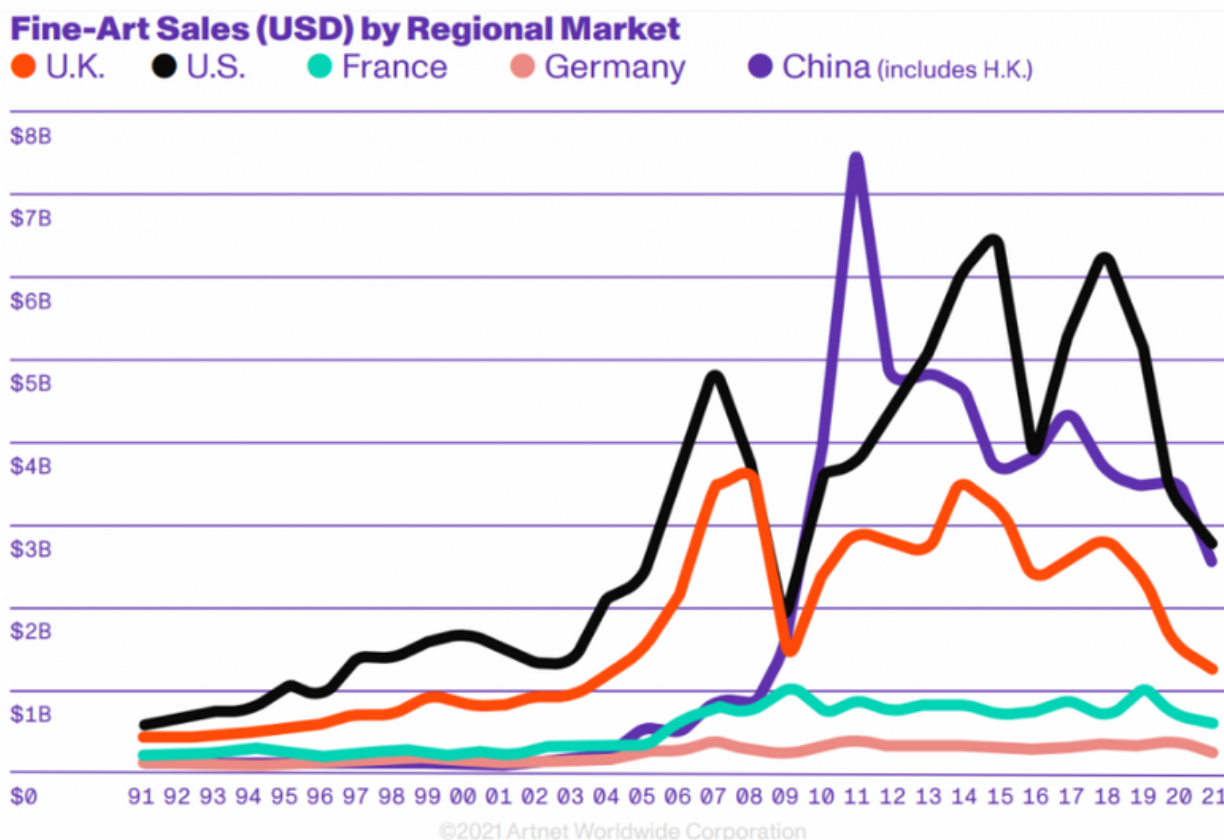
“Um fator positivo que impulsiona o interesse em artistas mais jovens e que pode ajudar a sustentar o mercado no futuro é o surgimento de muitos novos colecionadores millennials e da Geração Z nos últimos anos, vindos de indústrias como finanças, cinema, mídia e tecnologia. Alguns dos novos colecionadores estudaram no exterior e retornaram ao país com o objetivo de construir fundações e coleções institucionais, e escolheram trabalhar de perto com casas de leilão e galerias, tanto nacionais quanto internacionais, enquanto constroem suas coleções. Esses colecionadores não focam apenas em arte contemporânea moderna, mas também olham para tesouros do passado e os coletam em várias categorias.

Os colecionadores de hoje, ao contrário de seus predecessores, apoiam de maneira confiante e ativa artistas e museus locais, construindo coleções internacionais abrangentes de arte que moldam a narrativa histórica para apresentações institucionais. (...) No entanto, o mercado de leilões está atualmente passando por uma redução notável em escala e influência, com uma mudança perceptível para a localização em vez da internacionalização. Feiras de arte locais estão emergindo como a categoria mais vibrante para galerias e um espectro mais amplo de participantes em várias províncias.” (Dr. Huang Jun, Dr. Zhang Rui, and Xiaoming Zhang, 2024).

O reflexo do desempenho do primeiro semestre de 2024 no segundo semestre do ano é sentido, na medida em que o resultado dos leilões do período mostra investidores pouco dispostos a alocar recursos no mercado de arte, o que é motivado pelo investimento já existente e excessivo em imóveis, tal qual pelo

consumo interno lento (Art Basel, 2024). No entanto, a demanda por artistas consagrados e peças antigas excepcionais permanece forte, assim como a própria posição do mercado de arte chinês no cenário global. Como se observa no gráfico abaixo, a China, incluindo Hong Kong, permanece acima de grandes potências ocidentais mercantis da arte, como o Reino Unido, França e Alemanha. A menção de Hong Kong é essencial, pois é um polo central do mercado de arte da nação, com a presença de leilões promovidos pelas maiores casas do globo, Sotheby's e Christie's, e comércio com entidades externas, sedimentando a influência das cenário artístico chinês no direcionamento da valorização - enquanto conceito monetário - no amplo cenário internacional.

Figura 1: Vendas por Mercado Regional



Fonte: Artnet, 2021

Ainda, o sucesso da Semana de Arte de Xangai marcou o segundo semestre de 2024, expressando que, apesar do desaceleramento do mercado de arte, suas instituições e entidades permanecem firmes. De fato, com os maiores relatórios sobre o mercado de arte ainda por vir, ainda há espaço para especular sobre o futuro. Assim, a mensagem dos maiores agentes nesse mercado é de otimismo, sendo possível observar movimentações confiantes no cenário internacional como a mudança da base de operações do Christie's para um prédio mais moderno e espaçoso, juntamente com ações similares de outras instituições ocidentais como a Sotheby's e Phillips, o momento mostra a extrema confiança que ainda há no segmento *ultra-high-end* do mercado. Finalmente, em vista da resiliência do novo mercado de arte chinês, é possível esperar que este mercado não perca seu lugar de importância: mesmo se este for o final do acelerado crescimento que vimos nos últimos anos, ainda podemos esperar para o futuro o gradual amadurecimento da China como uma das potências do mercado de arte global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ART BASEL. Outlook: Chinese Auction Market. **Art Basel UBS Global Art Market Report**, 2024. Disponível em: <https://www.artbasel.com/stories/outlook-chinese-auction-market-art-basel-ubs-global-art-market-report-2024>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ARTNET NEWS. Asia Rising: Morgan Stanley and Artnet. **Artnet News**, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://news.artnet.com/market/asia-rising-morgan-stanley-artnet-2030273>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ART PRICE. The Top Performing Countries. The Art Market in 2023. **Art Price**, 2023. Disponível em: <https://www.artprice.com/artprice-reports/the-art-market-in-2023/the-top-performing-countries>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CARRIGAN, Margaret. Data Dive: Fine Art Sales by Country. **Artnet News**, 17 setembro de 2024. Disponível em: <https://news.artnet.com/market/data-dive-fine-art-sales-by-country-2537973>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MATTEI, Selena. Exploring the Artistic Legacy of Liu Yiqian and Wang Wei. **ArtMajeur**, 06 nov. 2023. Disponível em: <https://www.artmajeur.com/en/magazine/14-lifestyle/exploring-the-artistic-legacy-of-liu-yiqian-and-wang-wei/334492>. Acesso em: 18 dez. 2024.

HOK-HANG, Cheung. Shanghai Art Week Generates Buzz Despite China's Slowing Economy. **South China Morning Post**, novembro de 2024. Disponível em: <https://www.msn.com/en-sg/lifestyle/other/shanghai-art-week-generates-buzz-despite-china-s-slowing-economy-but-prices-on-low-side/ar-AA1ukyFh?ocid=BingNewsVerp>. Acesso em: 18 dez. 2024.

TEFAF. Global Art Market Report. Disponível em: <https://2019.amr.tefaf.com/chapter/chapter-one>. Acesso em: 18 dez. 2024.

THOMSON REUTERS. Geopolitical and Economic Outlook 2024: China and Global Security. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com/en-us/posts/global-economy/geopolitical-economic-outlook-2024-china-global-security/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

WU, Kejia. **A Modern History Of China's Art Market**. 2023.



ESPIONAGEM DIGITAL EM TAIWAN E NA COREIA DO SUL: AMEAÇAS À DEMOCRACIAS?

Juno Giordano

Maria Eduarda Linares Mathias

Ultimamente, os países de Taiwan e da Coreia do Sul têm enfrentado um aumento em ataques cibernéticos de cunho político, com forte envolvimento da China e da Coreia do Norte, que são responsáveis pela maioria destes.

Com a ascensão da era digital e o crescimento de investimentos em inteligência e tecnologia, surgiram inúmeros desafios à preservação desses princípios, sendo a espionagem digital um deles. Em síntese, a espionagem digital é a coleta de informações, muitas vezes de forma ilegal, por meio de tecnologias da informação, como redes de computadores, telefones e dispositivos conectados ao mundo virtual. O intuito dessa prática é obter informações por meio tecnológico, que possam ter vantagens na coleta de dados políticos, econômicos e militares.

No entanto, a espionagem digital difere significativamente da espionagem tradicional, que envolvia interceptações físicas e vigilância no campo, exigindo a proximidade física do alvo para a obtenção de informações. Com a era digital, as barreiras geográficas deixaram de existir, facilitando a espionagem devido à rapidez e acessibilidade da internet. Essa mudança representa uma ameaça direta às democracias, que se baseiam na confiança e na privacidade dos indivíduos. Ao contrariar os princípios democráticos, a espionagem digital compromete a liberdade dos indivíduos, sendo usada para monitorar e controlar a própria população. Além disso, ameaça a soberania de um país ao interferir em eleições e invadir dados governamentais. Atualmente, muitos países estão sendo alvos dessa prática, pois desafiam os direitos individuais e põem em risco a própria democracia, gerando uma forte preocupação política, o que é o caso de Taiwan e da Coreia do Sul.

A Ilha de Taiwan que era anexada pelo Japão desde 1895 retornou ao domínio chinês com o final da Segunda Guerra Mundial, sendo liderados pelo Chiang Kai-shek, do partido nacionalista Kuomintang. Porém, quatro anos depois, em 1949, com a guerra civil chinesa, a China passou a ser liderada por Mao Tse-tung. Nesse contexto, os membros do partido Kuomintang, incluindo Kai-shek, fugiram para Taiwan, na época chamado de “Formosa”, o que gerou um

significativo choque demográfico.

Ainda em 1949, a economia de Taiwan era essencialmente agrícola e sua produtividade era limitada. No entanto, Chiang Kai-shek promoveu uma reforma agrária na ilha. Com isso, em 1960, Taiwan se tornou uma grande exportadora de arroz, açúcar, bananas e chás, tendo seu valor de produção duplicado. Logo após, com o lucro que havia adquirido com a reforma agrária, o regime de Kai-shek focou na industrialização e em 1970 e 1980, Taiwan se tornou uma grande exportadora de têxteis.

Em contrapartida, por mais que Chiang Kai-shek tenha desenvolvido economicamente a ilha, ele instaurou uma ditadura conhecida como “Terror Branco”, que durou até 1980 e excluiu as liberdades individuais. Ao falecer em 1975, Taiwan ficou sob liderança de Chiang Ching-kuo, seu filho, que em 1980 começou a implementar reformas públicas, suspendendo a *lei marcial* e permitindo a formação de novos partidos políticos. Em 1988, antes de falecer, Chiang Ching-kuo nomeou um democrata chamado Lee Teng-hui que possibilitou a transição democrática a ilha na década de 90. Mesmo tendo o seu passado sombrio, atualmente, Taiwan é reconhecido por seu sistema político democrático, apesar de enfrentar tensões contínuas com a China, que reivindica a ilha como parte de seu território.

No final do século XX, a Coreia do Sul se tornou uma Democracia e deixou de ser um Estado militar autoritário que durou de 1948 a 1987. No entanto, o processo de redemocratização da Coreia do Sul foi intenso devido às diversas e intensas lutas populares durante o período das décadas de 80 e 90, contra regimes autoritários.

Após a Guerra da Coreia (1950-1953), a Coreia do Sul viveu sob governos opressivos, como os de Park Chung-hee (1961-1979) e Chun Doo-hwan (1980-1988), caracterizados por repressão política e restrições às liberdades civis. Em 1980, houve um massacre de Gwangju em que inúmeros manifestantes contra o regime foram mortos. Durante a década de 80 houve mobilizações pró-democracia, e em 1987, ocorreram grandes protestos liderados por estudantes, trabalhadores e a sociedade civil, exigindo o fim do regime autoritário. Tais protestos resultaram na adoção de uma nova Constituição, que estabeleceu eleições diretas para a presidência. Assim, a eleição de Roh Tae-woo em 1987 marcou o início da transição democrática.

Nos anos seguintes, foram realizadas reformas políticas que fortaleceram as instituições democráticas. Diante desse contexto, hoje em dia, a Coreia do Sul é uma democracia consolidada, reconhecida por sua participação popular e avanços em direitos individuais.

Portanto, embora Taiwan e a Coreia do Sul sejam democracias consolidadas, ambos encaram oposição de regimes autoritários totalitários com objetivo de submeter esses países à sua vontade. Taiwan está sob constante pressão chinesa, sofrendo ameaças militares e ataques cibernéticos constantes, com o objetivo de reunificar a ilha ao regime comunista chinês, que não reconhece sua independência. Por sua vez, a Coreia do Sul sofre pressões da Coreia do Norte, que a vê como um inimigo permanente, com o líder do país, Kim Jong-un, tendo afirmado que no caso de uma guerra entre as Coreias, seu objetivo seria de “ocupar, suprimir e recuperar a República da Coreia e subjugar-la ao território da república”. Dessa forma, a Coreia do Sul enfrenta constantes ciberataques que visam minar a capacidade do país de resistir à pressão norte-coreana a fim de, eventualmente, subjugar-lo ao seu regime autoritário.

No momento atual, Taiwan sofre pressões chinesas pela reunificação da ilha ao regime comunista de Xi Jinping, inclusive sendo alvo de espionagem digital por Pequim. Chiueh Her Ming, o vice-ministro dos Assuntos Digitais reconheceu que se tornaram mais complexas as tentativas de ataques cibernéticos feitas em Taiwan desde 2022, podendo deixar milhões de indivíduos sem acesso à internet, além de desativar bancos e afetar a indústria. Em janeiro de 2024, Taiwan acusou a China de enviar balões espões, em que um deles conseguiu cruzar a ilha integralmente, na mesma semana em que ocorreria eleições gerais. Essa situação, além das recorrentes denúncias e críticas à espionagem virtual chinesa, desencadeia inseguranças sobre as próximas ações de Pequim à Taiwan, uma vez que fica evidente as intenções chinesas na anexação de Taiwan, colocando-se em dúvidas o futuro da democracia da ilha.

Semelhante a Taiwan, a Coreia do Sul é alvo dos hackers norte-coreanos que tentam atacar por vias tecnológicas os sistemas de defesa, nucleares e aeroespaciais não só da Coreia do Sul, mas como de países ocidentais, como Estados Unidos e Reino Unido. A Coreia do Norte, ao praticar esses atos, visa adquirir informações confidenciais como desenvolvimento de armamentos, tanques, submarinos entre outros elementos. Assim, percebe-se que a

intensificação dos ciberataques altamente sofisticados e eficazes evidencia a capacidade da Coreia do Norte de obter informações sobre diversos países, sobretudo da Coreia do Sul, de sua população e sistemas de defesa, com o objetivo de interferir em sua segurança e expandir seu projeto de recuperar a República da Coreia, pondo a democracia dos Sul-Coreanos em perigo.

Nos últimos meses, tais ataques cibernéticos contra Taiwan e a Coreia do Sul têm evidenciado ameaças à estabilidade política, à confiança pública em sistemas digitais e à soberania nacional. Esses ataques são frequentemente atribuídos à China e à Coreia do Norte e têm propósitos que vão além da espionagem, buscando desestabilizar os governos e fragilizar suas estruturas democráticas a fim de subjugar-las às suas vontades.

Em Taiwan, as operações cibernéticas chinesas têm sido persistentes com seu objetivo de sabotar a democracia do país, em que além de ter evidenciado espionagem e influência política e econômica na república, foram também descobertas tentativas de interferência com as eleições ocorridas em janeiro deste ano.

A Coreia do Sul sofre o mesmo destino nas mãos da Coreia do Norte, com constantes ataques digitais com objetivos de espionagem e sabotagem. De acordo com o gabinete presidencial de Seul, os ciberataques têm se tornado mais frequentes após o envio de tropas norte-coreanas à guerra na Ucrânia, com uma forte intromissão de hackers pró-Rússia, incluindo a exploração de vulnerabilidades em sistemas críticos, o que ameaça diretamente a integridade de serviços essenciais e a estabilidade política.

O cenário atual evidencia a necessidade de reforço em cibersegurança, com tanto Taiwan quanto a Coreia do Sul confrontando sérios problemas com espionagem e sabotagem que podem vir a fragilizar a integridade de suas respectivas democracias.

Com a crescente ameaça de ciberataques, os dois países precisaram obter algumas medidas acerca de suas defesas cibernéticas. No entanto, infelizmente, a espionagem digital se intensifica cada vez mais ao longo dos anos, e países como Taiwan e Coreia do Sul por terem seus inimigos fisicamente muito próximos, têm adotado soluções para reforçar sua segurança digital que influencia diretamente em suas seguranças físicas.

Assim, os dois países implementaram políticas de cibersegurança. Em 2019, Taiwan criou o Cybersecurity Management Act, a fim de estabelecer medidas rígidas de proteção à sua soberania local contra as frequentes tensões aos ataques cibernéticos chineses e suas espionagens virtuais. Da mesma forma, a Coreia do Sul também fortaleceu suas defesas cibernéticas ao promover a cooperação entre o setor público e privado, pois integrou a cibersegurança às suas estratégias de defesas domésticas, além de criar o Korean National Cybersecurity Center.

Apesar das medidas tomadas por Taiwan e a Coreia do Sul, estas não garantem a sua segurança no futuro. O principal desafio a ser vencido é efetivamente mitigar a ameaça digital, que na maioria dos casos só é descoberta após já ter ocorrido, e como a tecnologia tem avançado de forma exacerbada, tem se tornado cada vez mais difícil impedir a ocorrência de ataques cibernéticos.

Seja pela falta de profissionais especializados no campo de cibersegurança ou pela dificuldade de identificar e punir aqueles que forem responsáveis pelos ataques em meio digital, ainda há um longo caminho para superar essa ameaça iminente tanto em Taiwan quanto na Coreia do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC BRASIL. 4 chaves que explicam como Taiwan mudou de ilha pobre e autoritária a democracia rica. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gye23lwz8o>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BBC BRASIL. Como China perdeu Taiwan e qual a situação atual da 'ilha rebelde'.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72yyjky4emo>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BBC BRASIL. Os hackers norte-coreanos que tentam roubar segredos nucleares e militares. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3033117lqgo>.

Acesso em: 27 nov. 2024.

CAROLINA, Juke. Democratização na Coreia do Sul e o legado do Massacre de Gwangju. Traduzido por Amanda Mesquita. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2022/07/24/democratizacao-na-coreia-do-sul-e-o-legado-do-massacre-de-gwangju/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CHEUNG, Eric; MCCARTHY, Simone; YEUNG, Jessie. Novo presidente de Taiwan pede que China pare com “intimidações”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/novo-presidente-de-taiwan-pede-que-china-pare-com-intimidacoes/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

EQUIPE TECH START. A guerra invisível o obscuro mundo da espionagem cibernética entre nações. Disponível em: <https://techstart.xyz/seguranca/a-guerra-invisivel-o-obsкуро-mundo-da-espionagem-cibernetica-entre-nacoes/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

G1. Taiwan acusa China de enviar balões espões; governo local faz eleições esta semana. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/01/08/taiwan-acusa-china-de-enviar-balo-es-espioes-governo-local-faz-eleicoes-esta-semana.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MCCARTHY, Simone. Kim Jong Un rompeu com décadas de política da Coreia do Norte – ele planeja uma guerra? Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/kim-jong-un-rompeu-com-decadas-de-politica-da-coreia-do-norte-ele-planeja-uma-guerra/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MICROSOFT. Relatório de Defesa Digital da Microsoft: Atividades de espionagem crescem a nível mundial. Disponível em: <https://news.microsoft.com/pt-pt/2023/10/06/relatorio-de-defesa-digital-da-microsoft-atividades-de-espionagem-crescem-a-nivel-mundial/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MILLER, Maggie; GEDEON, Joseph. Taiwan bombarded with cyberattacks ahead of election. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2024/01/11/taiwan-cyberattacks-election-china-00134841>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SABALLA, Joe. China Could Wage Economic, Cyber War to Force Taiwan's Surrender: Report. Disponível em: <https://thedefensepost.com/2024/10/07/china-economic-cyber-taiwan/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SHIN, Hyonhee; DAVIES, Ed. Coreia do Sul acusa grupos pró-Rússia de ataques cibernéticos. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-sul-acusa-grupos-pro-russia-de-ataques-ciberneticos/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SILVA, Estevam. O Massacre de Gwangju e a luta inglória por democracia na Coreia do Sul. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/pensar-a-historia/o-massacre-de-gwangju-e-a-luta-ingloria-por-democracia-na-coreia-do-sul/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

9

ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP: PERSPECTIVAS PARA A ÁSIA-PACÍFICO

Helena Visconti Psomopoulos
Marina Conde Galvão Zenha

Os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental na formação geopolítica da região Ásia-Pacífico desde o final da Segunda Guerra Mundial. Sob a liderança do General Douglas MacArthur, os Estados Unidos lideraram esforços para desmilitarizar e reconstruir o Japão, transformando-o em um aliado chave na região. Este período marcou o início de extensas reformas militares, políticas, econômicas e sociais dos EUA voltadas para a região.

Durante a Guerra Fria, os EUA fortaleceram sua presença na Ásia-Pacífico por meio de várias alianças e bases militares. O Tratado de Segurança EUA-Japão, assinado em 1951, permitiu que os EUA mantivessem bases militares no Japão, que foram de extrema importância durante a Guerra da Coreia e conflitos posteriores. Os EUA também se envolveram na Guerra do Vietnã como parte de sua estratégia mais ampla para conter o comunismo no Sudeste Asiático. Após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos mudaram seu foco para o engajamento econômico e a promoção de uma ordem internacional liberal na região. Neste período tivemos cenas como o apoio dos EUA à entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001, refletindo uma estratégia de engajamento e integração na economia global.

A administração Biden articulou uma estratégia abrangente para a região, que inclui dimensões econômicas, de segurança e diplomáticas. Esta estratégia é uma continuação e evolução das políticas anteriores dos EUA em relação à região, refletindo tanto a continuidade quanto mudança na política externa americana. A administração Biden também teve um engajamento econômico na região com a introdução da Estrutura Econômica Indo-Pacífico (IPEF) como pilar central de sua estratégia econômica na região. Essa estrutura visa aprimorar a cooperação econômica sem depender de acordos comerciais tradicionais. Em vez disso, foca em áreas como resiliência da cadeia de suprimentos, padrões da economia digital, energia limpa e desenvolvimento de infraestrutura.

A segurança é um componente crítico da estratégia da administração Biden para a região. A administração reforçou alianças e parcerias existentes, como o

Quad, composto pelos EUA, Índia, Japão e Austrália, e o pacto de segurança AUKUS, que envolve os EUA, o Reino Unido e a Austrália. Essas iniciativas visam melhorar a segurança regional e impedir possíveis agressões, particularmente no contexto do aumento das tensões com a China. Também houve um fortalecimento de relações com parceiros e instituições regionais, incluindo aprofundamento de laços com a ASEAN e o apoio à ascensão da Índia como líder regional. A abordagem da administração é caracterizada por uma colaboração com aliados regionais para enfrentar desafios compartilhados, como mudanças climáticas e a pandemia de COVID-19.

No entanto, o foco de engajamento da administração em outras questões globais inicialmente levou a percepções de negligência, causando alguma decepção na região. Apesar disso, os EUA se engajaram em uma diplomacia intensiva para recuperar o tempo perdido, incluindo visitas de alto nível e participação em cúpulas regionais. Os EUA trabalharam para tranquilizar os líderes da Ásia-Pacífico sobre seu compromisso com a região, enfatizando altos padrões em comércio e parcerias que beneficiam as economias regionais. Essa abordagem visa oferecer uma alternativa viável à influência econômica da China, focando em reduzir riscos e diversificar em vez de desacoplar Pequim.

Com isso, a reeleição de Donald Trump para um segundo mandato como presidente dos Estados Unidos tem gerado uma série de implicações para a região Ásia-Pacífico, podendo remodelar os relacionamentos políticos e econômicos que vêm sendo desenvolvidos sob a administração Biden. Durante o seu primeiro mandato, Trump adotou uma abordagem diferente em comparação com seus antecessores em relação à região Ásia-Pacífico. Sua política “America First” enfatizou o seu interesse econômico próprio, alterando drasticamente as dinâmicas políticas e econômicas na região. Um dos primeiros atos de Trump foi retirar os Estados Unidos do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP), sinalizando um desinteresse que caracterizou grande parte da sua política externa.

A relação entre os Estados Unidos e a China foi um dos pontos focais da política externa de Trump. Durante seu primeiro mandato, Trump iniciou uma guerra comercial com a China, impondo tarifas significativas sobre os produtos chineses. Essa abordagem confrontacional não se limitou somente ao comércio, Trump frequentemente criticou a China em questões como a pandemia de COVID-19, referindo-se ao vírus como “vírus chinês”.

Já para seu segundo mandato, Trump prometeu intensificar essas políticas, incluindo a possibilidade de aumentar ainda mais as tarifas sobre produtos chineses. Essa postura sugere que as tensões comerciais e diplomáticas entre as duas maiores economias do mundo provavelmente se intensificam, com potenciais repercussões para toda a região Ásia-Pacífico.

As políticas econômicas de Trump, particularmente sua abordagem protecionista e o uso de tarifas como ferramenta de negociação, têm o potencial de causar impactos significativos nas economias asiáticas. Estudos indicam que a Ásia, sem a China, poderia perder economicamente, com uma queda esperada de 3% nas importações americanas da região e 8% nas exportações para a região. Economias fortemente dependentes do comércio, como Japão, Coreia do Sul e vários países do Sudeste Asiático, podem enfrentar desafios particulares. A continuação e possível intensificação das políticas de controle de exportação e investimento também são áreas de preocupação.

A abordagem de Trump em relação às alianças de segurança na região tem sido caracterizada por uma mistura de retórica de evitar conflitos e uma disposição para negociar diretamente com líderes autoritários. Durante seu primeiro mandato, Trump pressionou aliados como Japão e Coreia do Sul a aumentarem suas contribuições financeiras para a presença militar dos EUA em seus territórios. A estratégia Indo-Pacífica, que tem como objetivo garantir que a região seja “livre e aberta”, é vista como uma resposta à crescente influência da China e provavelmente continuará a ser um foco da política externa de Trump. No entanto, a imprevisibilidade de Trump e sua abordagem transacional nas relações internacionais podem continuar a influenciar a dinâmica geopolítica na região, potencialmente levando a uma reconfiguração das alianças regionais.

As implicações de longo prazo da presidência de Trump para a Ásia-Pacífico são multifacetadas, podendo haver uma reconfiguração das alianças regionais como resposta às políticas de Trump e à crescente influência da China. A região também pode enfrentar desafios em manter a estabilidade econômica diante do aumento do nacionalismo econômico e das tensões comerciais. A intensificação da competição entre EUA e China provavelmente continuará a moldar o cenário regional, com outros países buscando equilibrar suas relações com ambas potências.

Assim, a reeleição de Donald Trump apresenta um cenário complexo e desafiador para a região Ásia-Pacífico. As políticas econômicas protecionistas, a abordagem confrontacional em relação à China e a ênfase no “America First” provavelmente continuarão a moldar as dinâmicas regionais. Os países da região enfrentarão o desafio de navegar por este ambiente, buscando equilibrar seus interesses econômicos e de segurança com as demandas de uma política externa americana imprevisível. A região está se preparando para um período de incertezas e possíveis turbulências. A capacidade dos líderes regionais de adaptar-se a essas mudanças, manter a estabilidade econômica e promover a cooperação regional será crucial para o futuro da região. Enquanto alguns veem oportunidades nas políticas de Trump, outros permanecem cautelosos, destacando a necessidade de uma abordagem cuidadosa e estratégica nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICKER, Laura. A relação de ‘amor e ódio’ entre Trump e Xi Jinping. BBC News, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c05z22vygv6o>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BREGER, Michael. Trump’s Second Act and the Stakes for Asia. Freeman Spogli Institute for International Studies News, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://fsi.stanford.edu/news/trumps-second-act-and-stakes-asia>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CASA BRANCA. Fact sheet: Indo-Pacific Strategy of the United States. Casa Branca, 2022. Disponível em: [https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/02/11/fact-sheet-indo-pacific-strategy-of-the-united-states/#:~:text=That%20reality%20is%20the,States%20in%20the%20Indo%2DPacific](https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/02/11/fact-sheet-indo-pacific-strategy-of-the-united-states/#:~:text=That%20reality%20is%20the,States%20in%20the%20Indo%2DPacific.). Acesso em: 28 nov. 2024.

GOODMAN, Matthew P; REINSCH, William Alan. Filling In the Indo-Pacific Economic Framework. Centre for Strategic and International Studies, 2022. Disponível em: [https://www.csis.org/analysis/filling-indo-pacific-economic-framework#:~:text=The%20Biden%20administration%20has,credible%20and%20durable%20economic](https://www.csis.org/analysis/filling-indo-pacific-economic-framework#:~:text=The%20Biden%20administration%20has,credible%20and%20durable%20economic.). Acesso em: 28 nov. 2024.

GUZMAN, Chad de. How Asia is Bracing for Trump's Second Term. Time, 08 nov. 2024. Disponível em: <https://time.com/7174087/trump-second-term-foreign-policy-asia-approach/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

REDAÇÃO CBS NEWS. Biden tells Asia-Pacific leaders that US 'not going anywhere' as it looks to build economic ties. CBS News, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/sacramento/news/fresh-off-meeting-with-chinas-xi-biden-is-turning-his-attention-to-asia-pacific-economies-2/#:~:text=trade%20and%20to%20partnerships,benefit%20economies%20across%20the>. Acesso em: 27 nov. 2024.

REDAÇÃO REUTERS. Xi Jinping pede maior livre comércio com iminente volta de Trump à Casa Branca. CNN Brasil, 16 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/xi-jinping-pede-maior-livre-comercio-com-iminente-volta-de-trump-a-casa-branca/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SHOJI, Tomotaka. Southeast Asia and the United States under the Biden administration: from expectations to bewilderment. Sasakawa Peace Foundation, 2022. Disponível em: https://www.spf.org/iina/en/articles/shoji_14.html#:~:text=Perceptions%20of%20the%20United,the%20Biden%20administration%20was. Acesso em: 27 nov. 2024.

WATANABE, Paulo Daniel. A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online [...] Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300033&script=sci_arttext#:~:text=A%20presen%C3%A7a%20dos%20EUA%20durante,Jap%C3%A3o%20como%20uma%20potencia%20amea%C3%A7a. Acesso em: 28 nov. 2024.

10

ACORDOS ASSINADOS BRASIL-CHINA NO ÂMBITO DA VISITA DE XI JINPING AO BRASIL (NOV. 2024 - G20)

Érico Azera Gonçalves da Rocha
Letícia Fernandes de Almeida

O terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido marcado por uma abordagem estratégica e pela busca por investimentos internacionais (Napoli, 2024). Nesse sentido, destacamos a China como um dos principais parceiros do Brasil, país do qual colhemos uma balança comercial superavitária (Chagas, 2024). Desde o início do governo, Lula buscou estreitar laços com Beijing. Em 2023, o presidente realizou uma visita oficial à China para consolidar a bem sucedida relação bilateral, celebrando 50 anos de diplomacia entre os dois países (Brasil, 2023). No contexto da Cúpula do G20 de 2024, realizada no Rio de Janeiro, essa parceria foi reforçada por meio de acordos bilaterais que abrangem uma ampla gama de setores que serão explorados pela presente análise.

Com um intercâmbio comercial que alcançou US\$136,3 bilhões entre janeiro e outubro de 2024, a relação Brasil-China é essencial não apenas para a economia brasileira, mas também para o fortalecimento da presença do Brasil no cenário global. O atual governo brasileiro assumiu a cadeira presidencial com o intuito de reposicionar o país como ator diplomaticamente relevante, visto que o Brasil sofria com uma perda de credibilidade nos fóruns internacionais herdada dos quatro anos de governo de Jair Bolsonaro. A posição estratégica do Brasil no Sul Global e a influência crescente da China no sistema internacional criaram condições para uma parceria simbiótica. No entanto, o Brasil mantém cautela quanto à adesão plena à Iniciativa Cinturão e Rota (do inglês, *Belt and Road Initiative*), optando por acordos que respeitem a autonomia estratégica nacional.

Acordos Firmados no Âmbito da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro (2024)

Durante a cúpula, Brasil e China assinaram um total de 37 acordos, abrangendo áreas como agricultura, tecnologia, energia, cultura, e infraestrutura (Barcellos; Roxo; Saboia, 2024). Esses acordos representam um marco significativo para a cooperação bilateral, não apenas pela diversidade dos temas abordados, mas também pelo volume expressivo de investimentos e possibilidades de intercâmbio técnico e comercial.

Entre os temas contemplados, destacam-se:

Agricultura	Protocolos foram assinados para a exportação de sorgo, gergelim, uvas frescas e derivados de pescado. Estima-se que essas exportações possam gerar um potencial comercial de US\$ 450 milhões anuais, fortalecendo o papel do Brasil como fornecedor estratégico de alimentos para a China.
Tecnologia e Inovação	Memorandos de entendimento foram estabelecidos em áreas como inteligência artificial, energia fotovoltaica e tecnologia nuclear. Um destaque foi a criação de um laboratório conjunto de mecanização e inteligência artificial voltado para a agricultura familiar.
Infraestrutura e Conectividade Digital	Parcerias para o desenvolvimento de serviços de telecomunicações via satélite, em cooperação com a empresa chinesa SpaceSail, visam expandir a conectividade em áreas rurais brasileiras.
Cultura e Educação	O setor cultural foi fortalecido por meio de um memorando de entendimento para cooperação no audiovisual e em novas mídias. Este acordo promove intercâmbios técnicos e a produção conjunta de conteúdos culturais. Além disso, foram estabelecidos programas de intercâmbio educacional entre universidades brasileiras e chinesas.
Sustentabilidade e Economia Verde	Acordos voltados para o desenvolvimento sustentável e a transformação ecológica foram firmados, alinhados aos esforços globais para combater as mudanças climáticas.

Fonte: Barcellos; Roxo; Saboia, 2024; Behnke; Teixeira, 2024; Govbr, 2024.

Embora os valores exatos dos investimentos associados aos 37 acordos não tenham sido totalmente divulgados, o impacto econômico potencial é significativo, especialmente nos setores agrícola, tecnológico e cultural. A parceria Brasil-China continua sendo um dos eixos mais importantes para a atração de investimentos estrangeiros diretos e para o fortalecimento da infraestrutura brasileira. Os acordos firmados durante a visita de Xi em novembro refletem a profundidade e a amplitude da relação Brasil-China no atual governo. A estratégia brasileira de engajamento com a China combina o pragmatismo comercial com cautela política, maximizando os benefícios econômicos e tecnológicos sem comprometer a autonomia nacional. Ao promover cooperação em áreas essenciais para o desenvolvimento sustentável e a inovação, o Brasil se posiciona como um ator-chave na construção de um mundo multipolar. Esses avanços consolidam um modelo de parceria bilateral que pode servir de exemplo para outras nações em desenvolvimento.

Impasse brasileiro na assinatura da Iniciativa Cinturão e Rota

A iniciativa chinesa de investimentos conhecida hoje como Iniciativa Cinturão e Rota é fruto do amadurecimento dos projetos de cooperação ensejados pela estratégia de inserção internacional chinesa (Pautasso et al, 2021). Essa estratégia, lançada em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping, opera sob a premissa de unir esforços e investir em infraestrutura ao redor do globo. Diante dos atuais desdobramentos político-econômicos no Brasil e na China, fica cada vez mais perceptível o interesse chinês na adesão do Brasil ao projeto como uma estratégia de estreitamento de laços econômicos e aumento da influência chinesa na América Latina. O Brasil, considerando o fato de que uma possível adesão ao projeto ofereceria vastas oportunidades no setor de infraestrutura e energia solar, inclusive em investimentos em carros híbridos ou elétricos, aparenta estar dividido acerca da adesão ou não ao projeto. De um lado, a premissa de estreitamento de laços ainda maior com a China junto aos investimentos diretos na infraestrutura brasileira possui grande teor atrativo. De outro, há várias nuances a serem consideradas no âmbito deste possível acordo.

Em primeiro lugar, o Brasil é um importante parceiro para a China na região da América Latina, mas diplomatas brasileiros têm mantido um certo grau de ceticismo quanto aos benefícios da adesão à Iniciativa Cinturão e Rota.

Tal ceticismo se dá em razão do fato de que enquanto a China é atualmente o primeiro parceiro comercial do Brasil, e em segundo lugar estão os Estados Unidos. Logo, um possível estreitamento de laços entre os países faz com que preocupações acerca das implicações para com as relações brasileira-estadunidenses surjam. Considerando o fato de que a estratégia chinesa é claramente um esforço chinês de expansão de sua influência global, o Brasil se encontra então em uma posição delicada ao considerar tanto suas relações estratégicas com a China quanto com os Estados Unidos. Diante deste impasse, o Brasil tem notoriamente procurado negociar sinergias com a China, sem que para isso precise assinar algum tipo de contrato de adesão (Oliveira, 2024). Sendo assim, a estratégia brasileira é de negociação sem uma adesão formal ao projeto chinês para que os interesses brasileiros sejam atendidos de forma que as relações com ambos os países parceiros não sejam impactadas de maneira negativa.

O Brasil se encontra então em um impasse, levando em consideração o fato de que dentre cerca de 150 países em desenvolvimento que se juntaram à iniciativa até então, todos tiveram de assinar memorando de entendimento como método de adesão (Oliveira, 2024). A ideia central brasileira se manifesta então como o objetivo de diversificar as relações do Brasil sem depender de um único fornecedor, ou um único parceiro. Os Estados Unidos alertaram em outubro de 2024 que o Brasil deveria ter cautela com uma possível adesão à Nova Rota da Seda; enquanto a China rebateu o posicionamento estadunidense alertando que tal sugestão carece de respeito ao Brasil e desconsidera o fato de que uma cooperação sino-brasileira é mutuamente benéfica (Oliveira, 2024).

O cenário das relações Brasil-China

Considerando as relações Brasil-China e o fato de que a parceria sino-brasileira é essencial para o fortalecimento da presença brasileira no cenário global, se faz ainda mais importante o estreitamento de relações e os investimentos entre os dois países. Entretanto, seguindo seus interesses soberanos, é notório que o Brasil inclina-se a adoção de uma posição cautelosa no que diz respeito à adesão plena à Iniciativa Cinturão e Rota, optando então por medidas que respeitem a autonomia estratégica nacional de forma a não vincular o Brasil estritamente ao seu parceiro chinês. Dessa forma, com a adoção de posições

estratégicas e estreitamentos diplomáticos, fica cada vez mais claro que o objetivo brasileiro é de estreitar seu relacionamento com a China sem potencialmente danificar suas demais relações político-econômicas futuramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, T. ROXO, S, SABÓIA, G. Veja a lista dos 37 acordos assinados entre o Brasil e a China durante a visita de Xi Jinping a Brasília. **O Globo**, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/20/veja-a-lista-dos-37-acordos-assinados-entre-o-brasil-e-a-china-durante-a-visita-de-xi-jinping-a-brasil-ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2024.

BEHNKE, E; TEIXEIRA, P. Brasil e China assinam 37 acordos em diversas áreas como agro e tecnologia. **CNN Brasil**, 20 nov. 2024; Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-china-assinam-37-acordos-em-diversas-areas-como-agro-e-tecnologia/> Acesso em: 05 dez. 2024

BRASIL. Presidente Lula realiza terceira visita de Estado à China. **Portal Planalto**, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/presidente-lula-realiza-terceira-visita-de-estado-a-china-1> Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL. Brasil e China assinam memorando de entendimento para cooperação no setor audiovisual e de novas mídias. **Ministério da Cultura**, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-china-assinam-memorando-de-entendimento-para-cooperacao-no-setor-audiovisual-e-de-novas-midias#:~:text=O%20acordo%20firmado%20tem%20como,desenvolvimento%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20entre%20ambos>. Acesso em: 05 dez. 2024.

CHAGAS, P. V. Relação Brasil-China deve bater novo recorde comercial, diz Alckmin. Agência Brasil. 05 de ago. 2024; Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-08/relacao-brasil-china-deve-bater-novo-recorde-comercial-diz-alckmin#:~:text=H%C3%A1%2014%20anos%2C%20a%20China,US%24%2051%2C%20bilh%C3%B5es> Acesso em: 03 dez. 2024.

FRANCO, L. Aos 80, multi-instrumentista Hermeto Pascoal ainda se sente uma criança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1783703-aos-80-multi-instrumentista-hermeto-pascoal-ainda-se-sente-uma-crianca.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2016.

NAPOLI, E. Investimentos da China crescem 33% no 1º Ano de Lula ante 2022. **Poder360**, 03 set. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/com-lula-investimentos-chineses-no-brasil-crescem-33/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

OLIVEIRA, E. Brasil negocia 'sinergias' com a China, afirma Amorim sobre a Rota da Seda. **O Globo**, 28 out. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/10/28/brasil-negocia-sinergias-com-a-china-e-nao-deve-assinar-um-tratado-de-adesao-a-nova-rota-da-seda-diz-amorim.ghtml>. Acesso em: 07 dez. 2024.

PAUTASSO, D.; SOARES NOGARA, T.; RENATO UNGARETTI, C.; DORIA, G. A Iniciativa do Cinturão e Rota e os Dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 77-106, 2021.



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

